



**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
NEWTON FREIRE MAIA  
CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE**

**A criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN  
como objeto de resgate da cultura indígena na preservação e  
manejo de recursos naturais**

**Pinhais  
2009**

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NEWTON FREIRE MAIA  
CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE**

**Alexsandro Bonc Maciel  
João Frederico Rocha Loures e Souza**

**A CRIAÇÃO DE UMA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL –  
RPPN COMO OBJETO DE RESGATE DA CULTURA INDÍGENA NA  
PRESERVAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito final para obtenção do Título  
de Técnico em Meio Ambiente do CEEP  
Newton Freire Maia.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Ms. Cláudia Moreira Garcia

**Pinhais  
2009**

## SUMÁRIO

	<b>Resumo</b>	<b>iv</b>
	<b>Lista de Figuras</b>	<b>v</b>
	<b>Lista de Abreviações</b>	<b>vi</b>
	<b>Lista de Tabelas e Indicadores</b>	<b>vii</b>
	<b>Introdução</b>	<b>11</b>
	<b>Capítulo I</b>	
1.1	<b>Reserva Particular para conservação da diversidade</b>	<b>13</b>
1.2	Nasce uma categoria de manejo	<b>15</b>
1.2.1	RPPN – Conectividade ecológica e atividades compatíveis	<b>16</b>
1.2.2	Periódicos da Fauna e Flora	<b>17</b>
1.2.3	Pesquisa científica, segmentos do Turismo e engajamento comunitário	<b>20</b>
1.2.3.1	Segmentos do Turismo	<b>21</b>
1.2.3.2	Engajamento Comunitário	<b>22</b>
1.3	RPPN's no Paraná – Políticas públicas ou iniciativa privada	<b>24</b>
1.4	RPPN – Documentações e Processos para averbação da Área Objeto	<b>26</b>
1.5	Características e relevâncias de Quatro Barras	<b>29</b>
1.5.2	Diagnostico atual da Estrada da Graciosa	<b>32</b>
	<b>2 Capítulo II</b>	
2.1	<b>O Resgate da Cultura Indígena</b>	<b>35</b>
2.2	A hegemonia de um povo colonizador	<b>37</b>
2.3	Os diferentes povos indígenas e seus ancestrais	<b>40</b>
2.3.1	Relação de amor a terra, às plantas, ser solidário e respeito ao próximo	<b>41</b>
2.4	Índios e preservação	<b>43</b>
	<b>3 Capítulo III</b>	
3.1	<b>A dicotomia do projeto na participação com os ODM</b>	<b>45</b>
4	<b>Considerações Finais</b>	<b>51</b>
	<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>52</b>
	<b>Anexos</b>	<b>56</b>

## RESUMO

Inicialmente, esse trabalho de pesquisa e ação traz dados periódicos e específicos de natureza ambiental, social, histórica e cultural. As informações deste estudo possibilitaram entender a partir da história da humanidade as relações de proteção e conservação da biodiversidade brasileira.

A idéia desse trabalho vem sendo elaborada desde 2007 e tomou forma com um estudo incessante das atuais legislações ambientais, em específico sobre as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), bem como, a organização de um acervo envolvente sobre a possibilidade de criar uma RPPN no município de Quatro Barras – PR servindo de objeto para resgatar a cultura indígena de povos originários da mata atlântica. Além de esclarecer e pontuar dúvidas frequentes sobre as relações de manejo em RPPN's e a vivência dos antigos povos originários da mata atlântica, o presente trabalho, apoiou essa dicotomia em indicadores sócio-ambientais para alcançar – em bases sustentáveis – os compromissos assumidos numa agenda mundial de desenvolvimento. Esperamos que este trabalho fosse útil aos leitores, motivando outras iniciativas do gênero e contribuindo para que novas RPPN's se consolidem sob novas atitudes conservacionistas do setor privado.

Biodiversidade – Conservação – Graciosa - Indígenas – RPPN – Sustentabilidade - UC.

## Lista de Figuras

FIGURA 1 - <i>Brachycephalus pernix</i> . Fonte: Livro Vermelho. IAP.....	pg 18
FIGURA 2 - <i>Surucuá-de-barriga-amarela</i> Fonte: FARES, M.G.....	pg 19
FIGURA 3 – UC's por abrangência vegetal no Paraná (Fonte: Orbis / et.SEMA).....	pg 24
FIGURA 4 – Regiões Fitogeográficas no Estado do Paraná 2002 (fonte: WWF).....	pg 25
FIGURA 5 – Mapa físico de Quatro Barras. Fonte: Guia Quatro Barras.....	pg 30
FIGURA 6 - Estrada da Graciosa - Supressão de mata nativa e Ciliar. Fonte: TELLES J.C.....	pg 33
FIGURA 7 – Mapa histórico da Província do Guairá Fonte: PROVOPAR et. PARELLADA.....	pg 39
FIGURA 8 – Índios Carijós. Rosana Volpatto et. Índios do Brasil.....	pg 43
FIGURA 9 – Parque Tinguí, estátua em homenagem ao Cacique Tindiquera, Guia Geográfico Parques de Curitiba.....	pg 45
FIGURA 10 – Remanescentes e UC's no Paraná – 2005. Fonte: SEMA/ SOS Mata Atlântica / INPE.....	pg 48

## Lista de Abreviações

Área de Especial Interesse Turístico – AEIT.

Centro de Trabalho Indigenista - CTI.

Estados Unidos da América - EUA.

Estudo de Impacto Ambiental – EIA.

Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Hectares - Ha

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO.

Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços ICMS.

Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Ministério do Turismo - MTUR.

Metros Quadrados - M<sup>2</sup>

Objetivos de desenvolvimento do Milênio – ODM.

Observatório Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS.

Organização das Nações Unidas – ONU.

Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR.

Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Unidade de Conservação – UC.

World Wildlife Fund – WWF.

## Lista de Tabelas e Indicadores

Tabela 1 – Periodização arqueológica para o território paranaense. Fonte: PROVOPAR et. Parellada.....	pg 36
Tabela 2 - Percentual de ocorrências de impactos ambientais no Paraná 2008. Fonte: IBGE, Orbis.....	pg 47
INDICADOR 1: Percentual de crianças de 7 a 14 anos freqüentando a Escola – 1991 – 2000. ORBIS MC.....	pg 49
INDICADOR 2 : Percentual de Pessoas abaixo da linha nacional da pobreza – 1991 – 2000. ORBIS MC.....	pg 50

“... Os rios são nossos irmãos, e saciam a nossa sede. Levam as nossas canoas e alimentam os nossos filhos. Se lhes vendermos a terra, deveis lembrar e ensinar aos vossos filhos que os rios são nossos irmãos, e também o são deles, e deveis a partir de então dispensar aos rios o mesmo tratamento e afecto que dispensais a um irmão...”

Trecho: A Carta do Índio Chefe Seattle, “Manifesto da Terra-Mãe” UNESCO 1976.



## AGRADECIMENTOS

À nossa orientadora Cláudia Moreira,  
À Me. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Parellada,  
Ao Sr<sup>o</sup> Vitamina e,  
Ao Sr<sup>o</sup> Palumbo,

As nossas famílias, que a todo momento se mostraram essenciais para realização dessa importante conquista

Em especial para nossas esposas e filhas que nos suportaram durante esta complexa fase.

Dedicamos este trabalho a todos os que nos incentivaram, ajudaram e contribuíram de alguma forma e, principalmente à aqueles que têm interesse de conhecer um pouco mais sobre criação de RPPN e povos indígenas no Paraná.

## INTRODUÇÃO

A relevante importância de conservar a biodiversidade<sup>1</sup> – nos moldes de sociedade atual globalizada - foi uma tarefa difícil, porém, desenvolvida com muita determinação, incentivando o interesse da sociedade civil, de classes acadêmicas e a quem pode interessar, culminando numa discussão importante interpretada através dos pilares da sustentabilidade<sup>2</sup> das gerações atuais e futuras respeitando as fragilidades que caracterizam os recursos naturais<sup>3</sup>. Esse projeto científico e de ação tem em seu enredo dados periódicos e comparativos que propôs a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da categoria de Unidade de Conservação<sup>4</sup> (UC) de uso sustentável no município de Quatro Barras / Paraná. Medindo; vinte e oito mil e setecentos m<sup>2</sup> ou um alqueire mais quatro mil e quinhentos m<sup>2</sup> de propriedade (anexo I) legalmente constituída<sup>5</sup> à ser gravada com perpetuidade, a gosto do proprietário, devidamente averbada e, norteada pelos procedimentos exigidos nas legislações vigentes que permitiram - antes do Plano de Manejo<sup>6</sup> – realizar um resgate histórico - cultural de povos originários<sup>7</sup> que habitavam a mata atlântica. Fatores como estes foram cruciais e deram início às motivações para elaboração desse projeto, considerando e seguindo o manejo consciente do ser humano para com a natureza, e ainda alinhado à conservação, preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração natural e a recuperação do meio ambiente. Utilizando a UC como objeto de resgate da cultura indígena e suas relações diretas e indiretas com o meio, bem como a relação de amor a terra, as plantas, ser solidário, respeito ao próximo e demais características próprias e espirituais que merecem atenção para não cair no esquecimento, esse trabalho foi consolidado com base nas Leis vigentes. Não obstante às Leis, a dicotomia que prevê a criação de UC e o resgate do conhecimento indigenista, foi alinhado – em termos de contribuição socioambiental - à

---

1 Diversidade Biológica ou biodiversidade é a variedade de seres vivos que compõe a vida na terra, expressa nas diferenças dentro de cada espécie, nas diferenças entre espécies e nas diferenças entre ecossistemas.

2 É a harmonia do imperativo crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o entendimento das necessidades das gerações futuras. (prospecção do desenvolvimento sustentável).

3 São elementos e/ou “serviços” da natureza que podem ser definidos como renováveis, não renováveis e limitantes

4 São espaços ambientais que têm importantes características naturais e são legalmente instituídos pelo poder público com objetivos de conservação. Disponível em: [http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes\\_ambientais/unidades\\_conservacao/](http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/unidades_conservacao/)

5 refere se a: propriedade objeto ou área objeto de criação da RPPN.

6 Projeto dinâmico, gerido por equipe multidisciplinar que determina ações e o zoneamento de uma determinada área, propõe o desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades e estabelece desta forma diretrizes básicas.

7 Comunidades Indígenas, legítimos habitantes das Américas antes da colonização européia.

indicadores e metas de desenvolvimento sustentável (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILENIO<sup>8</sup>) e, demais dados periódicos, adquiridos permanentemente ao longo dos estudos.

É importante deixar claro que são necessárias documentações e profissionais habilitados para formalização de plano de manejo e referenciais de zoneamento, portanto, por questões lógicas, esse projeto serviu como estudo preliminar e não fez menção a essa documentação. Entretanto, consideramos todos esses fatores posteriores para alinhar as diretrizes e normas estabelecidas para essa categoria de UC, assim como, as atividades compatíveis *in situ*<sup>9</sup>. Esse projeto explicitamente localizado em área de relevante preservação contempla um dos menores biomas<sup>10</sup> da Mata Atlântica - hoje com menos de 5% preservados e, esclarece mitos e verdades sobre a relação de sustentabilidade de povos originários e unidades de conservação, neste caso, uma RPPN. A fragilidade dos processos públicos administrativos no município de Quatro Barras estabeleceu a necessidade de utilizar indicadores Regionais e Estaduais para incorporar, legitimamente, diretrizes globais de desenvolvimento – segundo a Organização das Nações Unidas – ONU - considerações importantes sobre estratégias constituídas em resposta a uma questão desafiadora da atualidade, que é; a construção de uma sociedade moderna, adequada e moralmente correta com o meio ambiente.

---

8 Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba – ORBIS MC.

9 Expressão latina que significa no lugar ou no interior de.

10 Biomas são comunidades estáveis e desenvolvidas que dispõe de organismos bem adaptados às condições ecológicas de uma grande região. ( Glossário IBAMA 2003).

## CAPÍTULO 1

Neste capítulo abordou se de forma sistemática e contextual os processos legais de criação de uma RPPN à medida que, informamos os procedimentos que adotamos e as características da fauna e flora da área objeto. Foram feitos alguns comentários sobre políticas públicas e de incentivo à RPPN's, assim como, o histórico dessa categoria de manejo<sup>11</sup>, em nível de Paraná e o que levou o proprietário a escolher essa categoria de manejo dentre diversas outras.

### **1.1 Reserva Particular para conservação da diversidade**

A espécie humana vem garantindo sua sobrevivência utilizando diversos organismos vivos, recursos naturais do qual fazem parte de um mesmo ambiente; O Planeta Terra. Pensando nisso estima-se que cerca de 0,25% de todas as espécies de organismos do planeta ou seja, 5 a cada 200 espécies conhecidas são extintas por ano. Essa taxa sabe se hoje, é uma subestimativa, pois não sabemos ainda com certeza quantas espécies de organismo existem sobre o planeta Terra. As estimativas indicam que devem existir entre 5 e 50 milhões de espécies de organismos no planeta. Pensando nisso e em diversas alterações provenientes do Ser humano é que fomentamos o pensamento para preservação desse imenso habitat de espécies de organismos, incluindo, nos seres humanos. (MMA, IBAMA. 1999).

Ainda que espécies em risco, ou já extintas, estimulem o nosso pensamento para seguinte reflexão; Poderemos nós, seres humanos manipuladores da tecnologia ter causado a extinção de espécies de organismo – nunca antes pesquisados - que seriam a única e real cura para doenças até hoje incuráveis? E, por que, a excelência da tecnologia aliada à mão de obra capacitada não pôde evitar essa perda inestimável?... Apesar de lamentar essa hipótese, atualmente o número de espécies selvagens – comprovadamente - utilizadas em benefício do homem branco<sup>12</sup> é pequeno, não chegando a uma ínfima parte do número de espécies que existe no planeta.

---

11 O enquadramento das áreas silvestres com base nos objetivos de sua própria existência define, portanto, as categorias das Unidades de Conservação.

12 Termo utilizado para se referir a aqueles que não eram indígena.

Por outro lado, mais consciente, a espécie humana vem se mobilizando em pequenos grupos – a exemplo desse trabalho - em prol da pesquisa científica, conservação, preservação do meio ambiente e politização da sociedade. Grupos com esse perfil acreditam que, a espécie humana deve a sua sobrevivência a inúmeros serviços ambientais prestados pela natureza, como permeia a seguinte colocação do WWF: “Estima-se que os serviços ambientais proporcionados pela natureza podem gerar 33 trilhões de dólares anuais, representando quase o dobro do PIB mundial.” Cartilha de Unidades de Conservação – WWF, São Paulo 2008.

Estes serviços incluem, por exemplo, a manutenção da qualidade da atmosfera (que por sua vez mantém o clima), a reciclagem natural de materiais usados pelo homem (reduzindo assim a poluição), o controle do ciclo hidrológico (incluindo a redução da probabilidade de inundações e secas drásticas), a geração e conservação de solos férteis, que são essenciais à agricultura bem como o manejo de florestas, o controle de pragas para a agricultura e de vetores de doenças, entre outros (MMA, IBAMA. 1999).

Por tanto, tem-se razões de sobra - inclusive razões de origem histórico-cultural – para conservar a diversidade biológica do planeta. Sendo assim, tomou-se a liberdade de incluir a esse trabalho o contexto da convenção para diversidade biológica, um tratado assinado por vários países, um deles o Brasil, durante a “RIO 92<sup>12</sup>” e, estabeleceu medidas a serem adotadas para conservação da diversidade biológica de cada nação, conferindo especial destaque à conservação *in situ*, ou seja, a biodiversidade no próprio local de ocorrência natural, cujo sistema de UC é um dos instrumentos essenciais para esse monitoramento.

O conceito moderno de UC surgiu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872 tendo como objetivo; A preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer. Para se ter uma idéia, no passado, em muitos países europeus as florestas “reais” preservavam os habitats de animais para caçadas da realeza e da nobreza.

Na realidade, as UC’s oferecem benefícios para além das suas fronteiras. Assim, é preciso que o poder público e a sociedade tenham clareza de que ecossistemas saudáveis são vitais para a existência de pessoas saudáveis, empresas sustentáveis, economias sólidas e, conseqüentemente para o desenvolvimento sustentável (WWF, 2008). No Brasil, as iniciativas para criação de UC remontam à 1876, quando o engenheiro André Rebouças propôs a criação de dois Parques Nacionais na ilha do Bananal, e o outro em Sete Quedas.

---

12 Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>

No entanto, o primeiro Parque Nacional Brasileiro só foi criado em 1937 com o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, e em 1939, o Parque Nacional de Iguçu, no Estado do Paraná (ICMBIO. 2009).

Sendo assim, o compromisso de conservar e preservar a diversidade biológica além do dever das atuais gerações em prol das futuras é um compromisso muito sério assumido pelo Brasil junto à comunidade mundial e, por sua vez é um conteúdo extremamente íntimo aos objetivos desse projeto de pesquisa, sensibilização e ação.

## **1.2 Nasce uma categoria de manejo**

A RPPN é uma unidade de conservação instituída em propriedade de domínio privado por iniciativa de seus proprietários, mediante ato de reconhecimento do Poder Público, por serem consideradas de relevante importância para a proteção da diversidade biológica (MMA, IBAMA. 1999). Para entendermos melhor o conceito de relevante importância na interpretação do poder público, vamos começar da essência; Refletindo sobre o artigo nº 225, parágrafo 1º, inciso III, no qual diz o seguinte: “Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos...”. (Constituição Federal, 1988). Se aprofundarmos na lei, a escolha de uma área para a implantação de uma nova UC não é um tema trivial e tem sido objeto de sucessivos debates. Foi comentado que, antigamente, a escolha de uma área era feita basicamente com base em aspectos cênicos e também disponibilidade de terra. Várias UC’s no mundo foram criadas a partir dessa perspectiva, que indicava a ausência de critérios ecológicos e não favoreciam uma adequada proteção da biodiversidade de determinada região ou bioma. Como consequência, diversas espécies e ecossistemas de alta importância biológica ficam totalmente desprotegidos. Nos tempos atuais, podemos contar com legislações específicas através das quais estabelecem diretrizes que por sua vez são fiscalizadas pelos órgãos responsáveis. A necessidade de criar mecanismos – leis específicas - para regulamentar UC em específico as RPPN’s não nos isenta de participar da proteção dos recursos naturais.

Ainda na questão legal, e de maneira resumida; No Brasil em 1990, surgiu o decreto nº98. 914 criando as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que em 1996, foi substituído pelo decreto nº1.922. Em 2000, com a publicação da lei nº9. 985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, as RPPN’s passaram a ser uma categoria de UC do grupo de uso sustentável. Com a publicação da Lei do SNUC foram

publicadas duas Instruções Normativas do IBAMA (nº24/2004 e nº62/2005) com o intuito de adequar os procedimentos de adequação com a referida Lei. Paralelamente a isso, em função da necessidade de adequar os procedimentos de criação e gestão da categoria com a Lei do SNUC foi publicado no dia 5 de abril de 2006 o Decreto nº5.746 que atualmente regulamenta, em nível nacional, as RPPN's, sendo, portanto a primeira categoria de Unidade de Conservação com decreto específico que a regulamenta, após a publicação do SNUC e em 2007 o IBAMA estabelece critérios e procedimentos administrativos referente à criação de RPPN's através da normativa nº145. No Paraná, às Leis que regulamentam RPPN's foram atualizadas pelo decreto Estadual (nº1.529/07). Com isso, o Brasil é o único país da América Latina a incluir as reservas privadas no seu sistema oficial de áreas protegidas, bem como o Paraná é pioneiro em legislações específicas sobre RPPN's. Ao passo em que surgiam leis, decretos e normas que regulamentam RPPN's, é importante ressaltar a indagação que faz a cartilha RPPN – iniciativa cidadã para proteção da natureza:

*“RPPN; Uso Sustentável ou Proteção Integral?”*

*Embora classificadas como unidades de uso Sustentável (uso direto) pela lei do SNUC as RPPN's poderiam ser consideradas como de Proteção Integral “de fato” (uso indireto), uma vez que o inciso do artigo 21 que possibilitava a extração de recursos naturais em RPPN foi vetado pelo Presidente da República. Como ao Executivo cabe apenas o poder de sanção ou veto, não lhe sendo permitido alterar a redação ou fazer quaisquer modificações, as RPPN's permaneceram no texto da lei entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável. (Conservação I., The Nature Conservancy, WWF-Brasil, FREPES RPPN – Iniciativa cidadã para proteção da natureza. São Paulo. 2008).”*

Recortado a classificação legal de RPPN, a primeira reserva criada com a denominação de RPPN foi à fazenda Lageado, situada no Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, reconhecida em 1990. No final daquele ano já haviam sido reconhecidas 10 RPPN's. Como resultados da ampla divulgação, no ano de 2000 já haviam sido criadas 200 RPPN's e, até 2008 existiam, no Brasil, mais de 750 RPPN's, ou seja, dados periódicos que estão constantemente sendo atualizados.



### **1.2.1 RPPN - Conectividade ecológica e atividades compatíveis**

Após observarmos o alicerce das RPPN's, é fundamental entender que; A extensão do sistema de unidades de conservação é um fator essencial para conservação da diversidade biológica em longo prazo ao passo que considera, também, a configuração espacial do sistema de áreas protegidas, podendo facilitar a conectividade da paisagem para varias espécies (CASTRO, R. & BORGES M. 2004). Entendendo esse raciocínio, um exemplo de conectividade da biodiversidade são os corredores ecológicos, ou seja, extensões de terras em que áreas consideradas prioritárias para conservação estão conectadas a uma UC por um sistema de gestão, muito provavelmente incorporando um mosaico<sup>13</sup> de UC's. Para o bom funcionamento e o desempenho de sua função como tal, uma RPPN deve abster se da postura de “ilha de conservação”, ou seja, uma situação que não desconsidera influencia exterior, o entorno da área ou possíveis corredores ecológicos. Ilha de conservação, considera tão somente o interior da propriedade – fruto de uma discussão do próximo capítulo que, relaciona a participação de órgãos públicos e privados no fomento de novas RPPN's. No entanto, a essência do trabalho de conectar a biodiversidade também é um esforço de envolvimento comunitário e técnicas de diagnostico participativo<sup>14</sup> – discutidos oportunamente - que objetivam a conservação do meio ambiente segundo as áreas de influencia e todos os aspectos históricos, sociais e culturais das comunidades tradicionais<sup>15</sup>, bem como, a participação dessas comunidades num processo continuo, neste caso, para consolidar uma RPPN.

### **1.2.2 Periódicos da Fauna e Flora**

O Brasil, a Colômbia, o México e a Indonésia são os quatro países mais ricos na diversidade de fauna e flora. No Brasil, que é o campeão em número total de organismos<sup>16</sup>, vivem cerca de três mil espécies de vertebrados terrestres e três mil espécies de peixe de água doce. Aqui são encontradas também 55 mil espécies de plantas com flores, o que equivale a 22 % de todas as plantas com flores existentes no planeta. Há ainda 517 espécies de anfíbios

---

13 “associativismo” de gestores de Unidades de Conservação que compõe um conselho gestor para o aglomerado de UC.

14 Conjunto de técnicas que auxiliam no momento de aplicação do conhecimento da população sobre sua realidade.

15 Grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. consultar carta magna.

16 Para biologia e ecologia são seres vivos. Extensão polêmica; Afirma que o Planeta Terra é um organismo vivo. Ver: Hipótese de Gaia.

(sapos, rãs etc.), o que representa 12% das espécies do planeta e 77 espécies de primatas (macacos), 26% do total de espécies no mundo. Nosso país ocupa o segundo lugar em número de mamíferos com 524 espécies, a terceira posição em número de pássaros e quarto lugar em número de répteis. Mesmo com dados expressivos, a velocidade de preservação não acompanha a ambição antrópica, conseqüentemente, a destruição de espécies muitas vezes desconhecidas como já foi comentado. Atualmente, cerca de 163 espécies encontram-se ameaçadas no Paraná – em torno de 20% das espécies de anfíbios do país – e provavelmente sofrerá com modificações em um futuro próximo (Mikich, S.B. & R.S. Bérnils. Livro Vermelho. 2004). Dentre as 163 espécies ameaçadas no Paraná quatro são anfíbios e, destacamos uma espécie pouco perceptível à olhos desatentos, de beleza exuberante, porém já em situação de “criticamente ameaçado” (Mikich, S.B. & R.S. Bérnils. Livro Vermelho. 2004): *Brachycephalus pernix*, nome vulgar sapinho – dourado, espécie endêmica da Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana do Morro do Anhangava, na Serra da Baitaca. Vejamos:



FIGURA 1 - *Brachycephalus pernix*. Fonte: Livro Vermelho. IAP.

Como descreve Pombal, Wistuba & Bornschein, 1998:

*“Este é um sapo de pequeno tamanho, tanto machos quanto fêmeas (comprimento médio = 13,8 mm), com corpo robusto e apenas dois dedos da mão visíveis externamente. O mais característico da espécie é a sua*

*coloração: cabeça laranja com manchas pretas, olhos e região circunvizinha pretos, dorso, antebraços, braços, calcanhares, joelhos e pés, laranja, superfícies laterais de corpo, região anal e pernas, preto, manchas pretas nos braços. Habita o solo, na serrapilheira. É ativo durante o dia (Pombal et al.,1998). Os aspectos reprodutivos são pouco conhecidos, mas esta espécie provavelmente apresenta desenvolvimento direto (ausência de girinos), como Brachycephalus ehippium (Pombal et al.,1994)..*

Esta espécie notável de anfíbio pode, provavelmente, ser da mesma família – Brachycephalidae – de um exemplar encontrado na propriedade objeto deste projeto de pesquisa e ação. segundo o qual no reflete a ressalva de Pombal, Wistuba & Bornschein, 1998:

*“O morro do anhangava esta sob forte pressão antropica, viitação sem controle, sinais de acampamento e fogueiras e muitas trilhas cortam as áreas de Floresta Ombrófila Densa Alto- Montana, que é de lenta regeneração. O risco de perda de habitat por incêndio e corte de vegetação são as maiores ameaças para esta espécie.”*

Um exemplo de ave registrada no interior da propriedade objeto, agora sim, fotografada por um pesquisador e segundo registros na literatura; Corresponde a um exemplar da família *Trogonidae*, muito provavelmente um surucú-de-barriga-amarela:



FIGURA 2 - *Surucú-de-barriga-amarela* Fonte: FARES, M.G.

Dado potencial da diversidade do entorno da propriedade objeto, faz se necessário, visualizar - segundo a categoria de manejo propriamente dita – às atividades realizáveis em uma RPPN. Essas atividades são partes integrantes de um plano de manejo, entretanto, realizáveis logo na averbação da área como UC propriamente dita. Além do objetivo maior que é conservação. São atividades realizáveis inicialmente em uma RPPN:

- Pesquisa científica
- Turismo
- Educação Ambiental

Esse tripé de atividades realizáveis em uma RPPN influenciou diretamente na escolha do proprietário para categoria da UC à propriedade em questão, bem como, a realização desse projeto. Sendo assim, utilizar a área para objetivar a pesquisa científica o turismo e a educação ambiental a fim de propor o resgate da cultura indígena, caracteriza um elemento que difere essa RPPN de outras UC, assim como, proporciona utilizando técnicas tradicionais e inovadoras, a vivência e o conhecimento como fatores de atratividade<sup>17</sup> e outras características homogêneas e intrínsecas. Neste caso os incentivos à conservação do patrimônio natural<sup>18</sup> e cultural<sup>19</sup> elevaram a busca de uma consciência ambientalista pela interpretação do meio ambiente.

### **1.2.3 Pesquisa científica, Segmentos do Turismo e Engajamento Comunitário**

A ciência é o conhecimento, ou sistema de conhecimento, que abarca verdades gerais ou a operações gerais especialmente obtidas e testadas por método científico (BONOMO R. et. M.A. RODRIGUES). Podemos dizer que, a pesquisa propõe novas descobertas, novos produtos na busca de uma boa qualidade de vida. Resumidamente a pesquisa

---

17 Potencial para mobilizar uma demanda para determinado local.

18 São formações físicas, biológicas ou geológicas consideradas excepcionais, habitats, animais e vegetais ameaçados e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO) [www.unesco.org.br/areas/ciencia/areastematicas/patrimoniounatural](http://www.unesco.org.br/areas/ciencia/areastematicas/patrimoniounatural)

19 A constituição Federal define que o patrimônio cultural brasileiro constitui se dos bens materiais e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, e que remetam à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

científica pode abranger campos como a ciência aplicada, pura (básica), natural social, biológica, de exatas, humanas e agrárias. Fruto da ciência, o conhecimento científico é um produto resultante da investigação científica, donde surge a motivação de solucionar um determinado problema e fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas ( BONOMO R. et. M.A. RODRIGUES). Por tanto, é essencial imaginar o campo da pesquisa científica como relata Kourganoff em seu celebre; A pesquisa Científica:

*“Pesquisa é o conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos que tenham como objetivo a descoberta de novos conhecimentos, a invenção de novas técnicas e a exploração ou a crítica de novas realidades. (Kourganoff. 1990).”*

O trecho de Kourganoff interpreta, em sua essência, a realização desse trabalho, em outras palavras, a pesquisa foi uma das motivações para investigarmos uma relação histórica de amor a terra, as plantas, aos animais e, principalmente ao semelhante.

A pesquisa científica, neste caso, serviu para fomentar e recriar uma discussão e compara lá - em bases sustentáveis – aos indicadores de desenvolvimento do Milênio no estado do Paraná, entretanto, existem diversos métodos para realizar uma pesquisa científica e nesse momento não cabe comenta-los e sim afirmar o potencial para realizar inúmeros métodos onde esta localizada a propriedade objeto, bem como, utilizar da educação ambiental para motivar a realização desses métodos.

### **1.2.3.1 Segmentos do Turismo**

A diversificação da oferta turística mundial em relação às tendências da demanda, entre outros fatores, ocasiona a expansão do mercado e o surgimento e consolidação de vários segmentos turísticos (MTUR, 2008). Pensando nisso, aliado a realidade da comunidade onde esta estabelecida à área objeto, faz se necessário, indicar segundo a capacidade de carga<sup>20</sup>,

---

20 Instrumento de manejo aplicado em estratégias que estabelecem um controle de fluxo de equipamentos e pessoas.

potencialidade e viabilidade os diferentes segmentos do turismo:

- ◆ Ecoturismo: Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações. (MTUR, 2008)
- ◆ Turismo Rural: Todas: O homem da cidade, em contraponto ao cotidiano das grandes metrópoles, tem procurado novas opções para escapar da vida agitada [...] Além disso, a sociedade vem descobrindo a importância ambiental e o valor estratégico de manutenção da paisagem rural para própria vida do planeta [...] Esses novos enfoques tem sido decisivos para o crescimento da atividade turística no meio rural [...] (MTUR, 2008).
- ◆ Turismo Cultural: Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (MTUR, 2008).

Diante disso, a promoção do produto turístico<sup>21</sup> da área objeto é uma questão de gestão e conseqüentemente configuração do plano de manejo, mesmo que as atividades turísticas mencionadas fossem de baixo impacto. A chave para integrar o turismo com a comunidade é o turismo de base comunitária.

A viabilidade que se tem em mente, é tão somente caracterizada pelo turismo de observação. O turismo de observação é o segmento do ecoturismo onde o ecoturista vai para alguma área natural e passa a observar sua beleza, contemplando a, ou especificamente algum ou alguns de seus elementos como as aves e anfíbios tão evidenciados anteriormente. Essa forma de ecoturismo originou se do chamado “safári fotográfico”, o qual iniciou se por volta dos anos sessenta e é muito comum, notadamente no continente africano. Todavia um dos fatores principais que propicia o desenvolvimento do turismo de observação, sem sombra de dúvidas é o aumento da conscientização ecológica - fruto do diagnóstico participativo mobilização e sensibilização comunitária – e conseqüentemente, a preservação de áreas naturais.

---

21 Conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades e ofertados de forma organizada por um determinado preço.

### **1.2.3.2 Engajamento comunitário**

Ao pensarmos em envolvimento comunitário, é necessário entender os processos. Uma ferramenta eficiente, inerente ao engajamento é o processo de mobilização comunitária, bem como, turismo de base comunitária. Nesse processo, especificamente, deve haver etapas anteriores de aproximação de lideranças, ou seja, a fase de adesão ao movimento que se busca – criação da RPPN. Através do diagnóstico participativo que auxilia no processo de levantamento de informações sobre a situação atual dado um conjunto de técnicas que objetivam o levantamento de informações sobre a situação atual e se possível passada de uma determinada comunidade – neste caso comunidade florestal no município de Quatro Barras. Sendo uma metodologia muito útil pois, conhecer coletivamente uma realidade implica em desenvolver nos participantes um sentimento de “vontade de transformar” a partir da participação e mobilizarem prol da matéria diagnosticada.

Para ter sucesso nas ações, depende muito da combinação ou escolha entre as diversas técnicas de diagnóstico sendo que esse é um processo onde o realizador/educador deve conhecer em profundidade. Na seleção das técnicas em processos de diagnóstico participativo, deve ser observado, a medida que informamos os nossos processos:

1. Objetivo dos resultados esperados:

R: Opinião, participação e sensibilização da comunidade Florestal relativo à criação de uma RPPN no bairro.

2. O público alvo:

R: Moradores da comunidade Florestal.

3. O tamanho do Grupo:

R: Cerca de 10 pessoas do entorno da área objeto

4. As condições do local e o tempo disponível:

R: Condições favoráveis. Disponibilidade do processo; Finais de semana

5. Os recursos disponíveis:

R: Computador, Lápis, caneta, papel, automóvel

Antes de definir uma técnica adequada para o nosso processo, envolvemos um morador do bairro para compor a equipe técnica de modo a encarar intimamente a realidade.

A partir disso, definimos duas técnicas que melhor se adequavam à situação da comunidade em questão e, conseqüentemente atendessem nosso objetivo de análise: Técnica de



Observação e Técnica de autopesquisa comunitária. Sendo assim, pudemos compreender a partir da modalidade de observação documental e dos resultados quantitativos as situações de caráter social, econômico, demográfico, ecológico, sanitário que afetavam a comunidade Florestal no final do ano de 2008. O resultado foi promissor, gerou informações através de um Modelo de Formulário para pesquisa em comunidade local (anexo II) que servirão para o processo de sensibilização ambiental em áreas prioritárias, bem como, em outras áreas que inexistia apoio de políticas públicas e de inclusão social.

### **1.3 RPPN's no Paraná – Políticas públicas ou Iniciativa privada?**

Proprietários de terras estão transformando áreas ameaçadas pela degradação eminente de modo a preservar as plantas, animais, enfim toda biodiversidade que de alguma forma “regulamentam” o processo de manutenção da vida na terra. Dessa forma, esses proprietários estão contribuindo efetivamente para essa manutenção dando um exemplo concreto dos grupos - citados anteriormente - como um modelo de responsabilidade sócio-ambiental. Em 2004 eram 656 Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Brasil, protegendo de caráter perpétuo e de forma integral mais de 600 000 ha de florestas, matas, nascentes, rios, litorais e serras no Paraná. Esses esforços vêm se somando às diversas outras categorias de UC observadas no mapa a seguir:

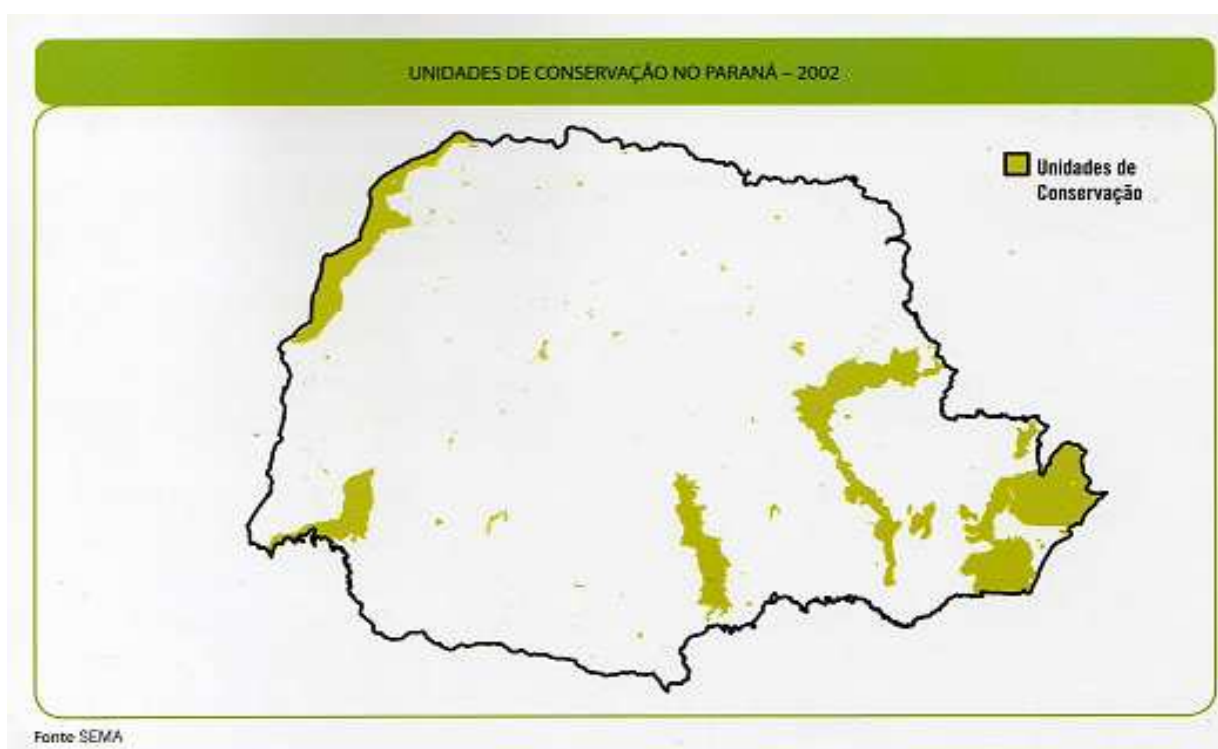


FIGURA 3 –UC's por abrangência vegetal no Paraná (Fonte: Orbis / et.SEMA).



No Paraná, existem 364 UC's, representando 15% do território do estado, com mais de 3 milhões de hectares (RPPN, Associação do Paraná. 2009), ou ainda, percebendo essa porcentagem por regiões Fitogeográficas descritas no quadro abaixo:

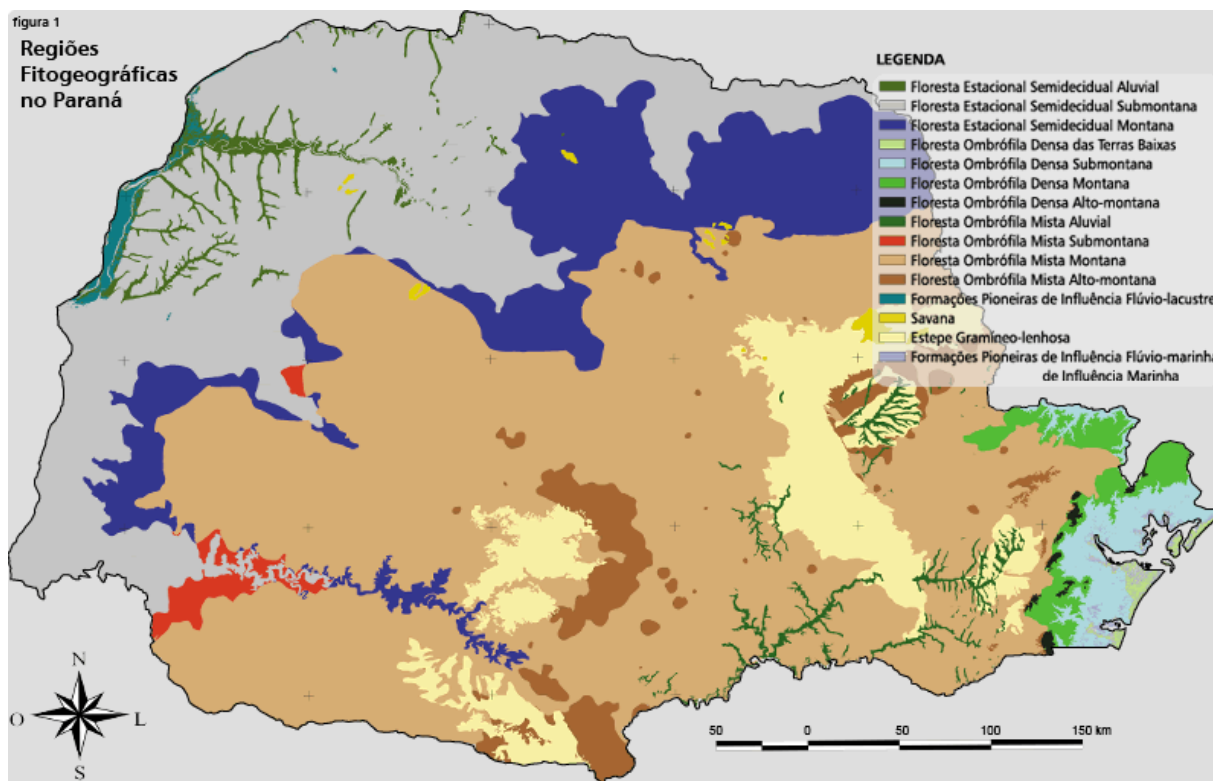


FIGURA 4 – Regiões Fitogeográficas no Estado do Paraná 2002 (fonte: WWF).

Nessa região fitogeográfica, 214 são RPPN's, indicando um dos estados com maior concentração de RPPN's perdendo, apenas, para o estado de Minas Gerais com 218 áreas.

A motivação, dedicação e o empenho dos proprietários privados na conservação de suas áreas têm como bases o amor e o respeito à natureza e a convicção consciente de que é preciso assegurar a vida das futuras gerações através da disponibilização de suas áreas, bem como, investimentos estruturais e financeiros próprios para manter e preservar as espécies, inclusive o homem.

O estado do Paraná é pioneiro no fomento de RPPN's, desde 1998 passa contar com lei de ICMS ecológico, pela qual o estado destina 5% de tudo o que é arrecadado em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS aos municípios que contem reservas particulares ou mananciais preservados. O município de Quatro Barras, tem relevante área de manancial que por sua vez resulta em consideráveis quantias proveniente do ICMS ecológico, dessa forma, Quatro Barras cumpri com suas obrigações de preservar seu

manancial mas nunca estimulou criação de uma única reserva particular. Com isso, o município perde os proprietários perdem o meio ambiente perde. Por conta desse planejamento o estado corre risco de perder destaque nacional. Vejamos o que diz Anderson Tosetto, coordenador de programa de manejo da associação RPPN Paraná: “Hoje o maior desafio é estimular o investimento de proprietários e de conscientizar as prefeituras a investir uma boa parte da verba proveniente do ICMS Ecológico na infra-estrutura para as propriedades.” entrevista para o Jornal do Estado 27/04/2009.

Ainda que fragilizada, as iniciativas existem e, estão aliadas a diversas formas de obter recursos para transformar área em RPPN ou de fazer um plano de manejo para torná-la sustentável. Formas traduzidas em iniciativas que objetivam investir em projetos de áreas de relevante interesse para preservação, uma constante peregrinação de Ong's serias que se esforçam para estimular os proprietários e sensibiliza-los dos benefícios em transformar sua área em reserva. Recentemente, uma dessas entidades não governamentais esteve no município de Quatro Barras mapeando áreas com potencial para criação de UC's. Aliado a criação de novas UC's é importante haver o comprometimento dos envolvidos em prol de uma gestão integrada, transparente e coerente com as práticas que objetiva a UC, caso contrário, cabe aos órgãos responsáveis fiscalizar e punir se necessário. Senão veja:

*“A área é criada, mas se não for utilizada para nada, não vai trazer nenhum benefício econômico para comunidade. E o município, se não retornar o ICMS Ecológico em programas ambientais, pode perder o recurso.”*

*Anderson Tosetto, continuação da entrevista para o Jornal do Estado 27/04/2009.*

A exemplo desse recorte, o acompanhamento das instituições e empresas que investem em áreas existe e não excetua a representação do governo que, na maioria dos casos, destina o investimento - ICMS ecológico - para seus próprios projetos ambientais distanciando ainda mais a esfera pública do proprietário que precisa estruturar sua RPPN.

#### **1.4. RPPN - Documentações e Processos para Averbação da Área Objeto**

É hora de evidenciar os processos de criação que nortearam a criação de uma RPPN no município de Quatro Barras. Para uma demonstração sistemática, logo após citarmos os

procedimentos exigidos pelo órgão ambiental - neste caso Instituto Chico Mendes / IBAMA -, relataremos os processos iniciais e em tramite da área objeto deste trabalho atualmente em tramite. De modo a preservar os processos burocráticos, bem como, o proprietário da área objeto, optou se por não divulgar alguns dados, Sendo assim:

Para criar uma RPPN é necessário preencher o requerimento segundo modelo (anexo III) disponível também no Decreto 5.746/06 acompanhados dos seguintes documentos constantes no Art.3º do §1º:

- a) Cópia autenticada da cédula de identidade do proprietário e do cônjuge ou convivente, se for o caso, e dos representantes, quando pessoa jurídica.
- b) Certidão do órgão do Registro de Empresas ou de Pessoas Jurídicas, indicando a data das últimas alterações nos seus atos constitutivos, no caso de requerimento relativo a área de pessoa jurídica;
- c) Certidão negativa de débitos expedida pelo órgão de administração tributária competente para arrecadação dos tributos relativos ao imóvel;
- d) Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR;
- e) Três vias do termo de compromisso, na forma do (anexo IV) - disponíveis também no decreto 5746/06 -, assinadas por quem firmar requerimento de criação da RPPN;
- f) Título de domínio do imóvel no qual se constituirá a RPPN;
- g) Certidão de matrícula e registro do imóvel no qual se constituirá a RPPN, indicando a cadeia dominial válida e ininterrupta, trintenária ou desde a sua origem;
- h) Planta de área total do imóvel indicando os limites, os confrontantes, a área a ser reconhecida, quando parcial; a localização da propriedade no município ou região, e as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural e da área proposta como RPPN (anexo V), georreferenciadas de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, indicando a base cartográfica utilizada e assinada por profissional habilitado, com a devida anotação de Responsabilidade Técnica – ART;  
e
- i) Memorial descritivo dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN (anexoVI-a), quando parcial, georreferenciado (anexoVI-b),

indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida ART.

Para tanto, dependerá, nos termos do mesmo Decreto que regulamenta o art. 21 da Lei 9.985/00 - a avaliação do IBAMA que deverá, segundo o Art.5º que diz o seguinte:

- I. Verificar a legitimidade e a adequação jurídica e técnica do requerimento, frente à documentação apresentada;
- II. Realizar vistoria do imóvel, de acordo com os critérios estabelecidos no (Anexo VII) do decreto 5.746/06;
- III. Divulgar no Diário Oficial da União a intenção de criação da RPPN; disponibilizar na internet, pelo prazo de vinte dias, informações sobre a RPPN proposta, e realizar outras providências cabíveis, de acordo com o §1º do Art.5º do Decreto 4.340/02, para levar a proposta a conhecimento público;
- IV. Avaliar, após o prazo de divulgação, os resultados e implicações da criação da unidade, e emitir parecer técnico conclusivo que, inclusive, avaliará as propostas do público;
- V. Aprovar ou indeferir o requerimento, ou, ainda, sugerir alterações e adequações à proposta;
- VI. Notificar o proprietário, em caso de parecer positivo, para que proceda à assinatura do Termo de Compromisso, e averbação deste junto à matrícula do imóvel afetado, no Registro de Imóveis competente, no prazo de sessenta dias contados do recebimento da notificação; e
- VII. Publicar a portaria referida no art. 2º do Decreto 5.746/06, após a averbação do Termo de Compromisso pelo proprietário, comprovada por certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Ainda nos termos desse decreto, no Art.24, caberá ao proprietário do imóvel:

- ✓ Assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN e sinalizar os seus limites, advertindo terceiros quanto a proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade de conservação;

- ✓ Submeter, no âmbito federal, à aprovação do IBAMA o plano de manejo da unidade de conservação, em consonância com o previsto no art. 15 deste mesmo decreto; e
- ✓ Encaminhar, no âmbito federal, anualmente ao IBAMA, e sempre que solicitado, relatório da situação da RPPN e das atividades desenvolvidas.

E por fim, caberá conforme Art. 25, no âmbito federal, ao IBAMA:

- Definir critérios para elaboração do plano de manejo para RPPN;
- Aprovar o plano de manejo da Unidade de Conservação;
- Manter cadastro atualizado sobre RPPN's, conforme previsto no Art. 50 da Lei 9.985/00;
- Vistoriar as RPPN's periodicamente e sempre que necessário;
- Apoiar o proprietário, sempre que possível e oportuno, orientação técnica para elaboração do plano de Manejo.

É pertinente consultar os termos do Decreto 5.746/06 a Lei 9.985/00 para entender na íntegra como funciona o trâmite. Sendo assim, após um estudo aprofundado nas categorias de UC, bem como, acompanhamento da regeneração natural da área proposta por quase dois anos, optou-se pela criação de uma RPPN, sendo uma iniciativa que configura a visão ecológica do proprietário. A partir disso, foi reunido todas as documentações necessárias de pessoa física para iniciar os procedimentos junto ao órgão ambiental competente – neste caso o IBAMA - como já descrevemos.

Em paralelo aos trâmites administrativos, continuaram as pesquisas na área de modo a conhecer melhor a propriedade e seu entorno detalhando os dados que justificaram a iniciativa de criar uma RPPN no município de Quatro Barras. Feito isso, num prazo de aproximadamente dois anos buscou-se subsídios para estruturar a propriedade na contrapartida de sensibilizar a comunidade a participar - conforme já mencionamos -, assim como a própria prefeitura municipal. Infelizmente, não houve muito interesse por parte da esfera pública municipal por isso a escolha do modelo federal (IBAMA) de criação de RPPN. Políticas públicas a parte, decidimos encaminhar o acervo reunido para profissionais da área ambiental de modo a incorporar ao estudo um embasamento profissional e técnico em áreas de interesse e para área objeto.

Atualmente estamos aguardando edital para investimento em áreas privadas de modo a concretizar esse estudo que engloba viabilidade de criar uma RPPN nos moldes propriamente ditos.

### **1.5. Características e Relevâncias de Quatro Barras**

Quatro Barras está localizada na região sul do Brasil, no estado do Paraná, a 21 K da capital Curitiba. Sua altitude é 25° 22' 06" Sul e longitude 49° 04 ' 31" Oeste. Ocupa uma área de 169,47 Km<sup>2</sup> (MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, 2007) como pode ser observado:



FIGURA 5 – Mapa físico de Quatro Barras. Fonte: Guia Quatro Barras.

A partir do momento que conhecermos as características históricas do município poderemos entender a relevância de uma cidade com grande potencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas com os objetivos gerais desse trabalho. Esse aprofundamento, buscou sensibilizar os gestores públicos, empreendedores e a comunidade em geral sobre o quão necessário é preservar uma relação histórico-cultural, ambiental e de desenvolvimento.

Quatro Barras guarda em sua história, em seu território os primeiros caminhos do Paraná (anexo VIII) (MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, 2007). No território do Município esta o traçado original da Estrada da Graciosa. É importante ressaltar que existem varias teorias sobre a fundação dos antigos caminhos da Serra do Mar chamados da GRACIOSA, ITUPAVA e ARRAIAL que, posteriormente, serviam de ligação entre o litoral

e a Vila de Curitiba. Documentalmente, tende-se a privilegiar a GRACIOSA em um primeiro momento e logo transferido ao ITUPAVA preferido para movimentação das cargas e viandantes (Schmidlin H. P. 2003. Há também que considerar, pesquisas que indicam o ITUPAVA como mais antigo sendo que, nos tempos mais remotos, foi utilizado pelos indígenas e posteriormente pelos desbravadores europeus que subiam e desciam a Serra do Mar atrás de ouro e pedras preciosas. É fato que, o tema sobre a constituição os caminhos da Serra do Mar é extenso e com inúmeras contradições como pudemos observar, portanto, vamos nos concentrar no Caminho da Graciosa – onde esta localizada a propriedade objeto.

Segundo FERRARINI (1987), registros constataam que, pela estrada da Graciosa passavam anualmente cerca de cinco mil carroças, somando-se a trezentos mil animais de carga e um numero inestimável de carruagens e passageiros a cavalo. FERRARINI (1987) ainda menciona: “O movimento do tráfego era tal, que o viajante não passava um quarto de hora sem encontrar com tropas, carroças ou carruagens”. Nas margens da estrada da Graciosa há uma casa que na época era chamada de “Casa do Guilherme”, há quem diga que é conhecida como “Casa de Pedra”, nas proximidades do Rio do Corvo. Ainda nas margens da Estrada da Graciosa, dados históricos indicam que, na localidade atual de Florestal – localidade da propriedade objeto – havia um estabelecimento denominado de Companhia Florestal Paranaense, que recebeu autorização de funcionamento em 1872, pelo decreto assinado pela Princesa Izabel.

No ano de 1880, o então Imperador Dom Pedro II chegou em visita oficial à Província do Paraná, juntamente com a Comitiva Imperial como relata LOLIS, R. 2001. O imperador e sua comitiva, durante a passagem pela Graciosa, foram servidos de um café da manhã servido por hospedes e logo após D. Pedro II e sua Comitiva seguiram viagem parando para descansar nas proximidades da Companhia Florestal Paranaense. Segundo FERRARINI (1987), Em 1950, o Estado do Paraná, através do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, inaugurou um marco em granito, junto ao pé de um pinheiro, onde, presumidamente D. Pedro II e Comitiva pararam para descansar segundo LOLIS, R. 2001. Algumas braças<sup>22</sup> à frente, encontra se a área objeto desse trabalho. Entretanto, naquela época vários foram os ciclos de desenvolvimento, destaque para serraria a vapor - Cia Florestal Paranaense e muitas pedreiras que estão situadas ao longo da estrada da Graciosa, portanto, ciclos como estes são heranças de um passado histórico sem nenhuma

---

22 É uma antiga medida de comprimento equivalente a 2,2 metros. Apesar de antiga, é usada e compreendida por muitos trabalhadores rurais.

consciência sobre exploração dos recursos naturais. Ainda que Quatro Barras tenha preservado seu patrimônio natural e histórico em 42% até o século 21, atualmente, não podemos assegurar esse número. Até hoje as pedreiras continuam funcionando, aparentemente, adequadas segundo as legislações ambientais. A CIA Florestal Paranaense, atualmente, faz parte da memória dos moradores onde hoje é a comunidade Florestal.

No município de Quatro Barras estão importantes serras, dentre elas a Serra da Graciosa que esta situada parcialmente no município em questão. A Serra da Graciosa, compõe o conjunto de cadeias montanhosas que no contexto maior denomina-se Serra do Mar. A Serra da Farinha Seca e a da Graciosa fazem parte da área Especial de Interesse Turístico do Marumbi – AIET Marumbi.

As serras que se integram a Quatro Barras apresentam uma cobertura – não obstante a mencionada – vegetal de transição entre as formações sob a influência atlântica (Floresta ombrófila densa) e as florestas e campos com *Araucária angustifolia* do primeiro planalto paranaense (floresta ombrófila mista e estepes). Vale considerar que próximo a Serra da Graciosa, esta situada a Serra da Baitaca de idade proterozóica que deu origem ao Parque Estadual da Serra da Baitaca localizado nos municípios de Quatro Barras e Piraquara que tem como objetivos básicos conservar uma amostra do bioma Floresta Ombrófila Densa – inclusive Densa alto-Montana, a fauna, solo e águas interiores e, promova atividades que não provoquem nenhuma alteração no ecossistema de modo a dar sustentabilidade à sustentabilidade (Decreto Estadual n 5765/02).

Esse conjunto de serras, contempla outro caminho histórico: O caminho do Itupava. O Morro do anhangava e o Caminho do Itupava são muito freqüentados, Sugerimos uma atenção especial para o desenvolvimento da Serra da Graciosa, pois vários entraves foram encontrados por outros caminhos diante da exploração econômica e do turismo. Ao longo do período colonial, os caminhos da Graciosa, Arraial, Conceição, Ambrósios e o Itupava representavam fragmentos de uma rede de vias que interligava vilas e proporcionaram o desenvolvimento.

### **1.5.2 Diagnóstico Atual da Estrada da Graciosa**

A comunidade Florestal no trecho que compreende a estrada da Graciosa foi contemplada, no final de 2008, com a tão sonhada obra de Pavimentação – restauração segundo o convênio - de parte da estrada que, até então, passava despercebida pelo grande público regional. Os motivos pelo qual o município foi contemplado com investimento já



foram mencionados; Razões históricas, culturais e ambientais deram início ao pleito que reuniu investimento do governo Federal e alegrou grande parte da comunidade num primeiro momento.

Sendo assim, numa ótica técnica analisou se os procedimentos ambientais adotados pelo órgão concedente – Município de Quatro Barras -, bem como, a empresa que ganhará licitação para executar a obra. Em primeiro lugar notou se a desarticulação da esfera publica municipal quanto as informações do planejamento – ausência de envolvimento comunitário -. A incompatibilidade com o tramite legal para adquirir a licença ambiental que chamou mais atenção; inexistia Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, portanto, não deveria existir licença. Ao passo em que foram realizadas as obras na estrada, surgiram outros impasses que desagradou à comunidade e demonstrou a inexperiência na gestão publica municipal. Conforme já mencionamos, a área objeto reúne potencial incomensurável para conservação e preservação do meio ambiente. A ausência do EIA/RIMA desencadeou uma seqüência de fatos alarmantes, enquanto isso, na esfera publica os esforços eram direcionados para finalizar a obra no prazo previsto.

Dentro dos fatos relatados e cobrados diretamente na prefeitura municipal, pode se notar a supressão de mata nativa e ciliar, bem como, assoreamento do recuso hídrico que passava no interior da propriedade objeto - às margens da Estrada. Veja o inestimável impacto ambiental gerado pela falta de planejamento:



FIGURA 6 - Estrada da Graciosa - Supressão de mata nativa e Ciliar. Fonte: TELLES J.C.

Os impactos ambientais não pararam por ai, alguns ambientalistas profissionais de Arqueologia, Biologia e outras áreas que acompanhavam a recuperação da área objeto,

ficaram perplexos com tamanho desrespeito com os recursos naturais, assim como, pesquisadores dos caminhos históricos da Serra do Mar apontaram à perda de materiais que poderiam contribuir para estudos históricos mais aprofundados sobre a região.

Outra grande preocupação da comunidade com a Estrada da Graciosa, refere-se ao grande tráfego de caminhões que mesmo antes das obras, incomodará os moradores às margens da Estrada pelo fato da pavimentação ser de saibro e emitir pó. Em função da Estrada da Graciosa ser um monumento histórico, credencia-se naturalmente como um componente de enorme atratividade para o turismo LOLIS, R. 2001. – motivação pelo qual esta sendo pavimentada pelo governo federal. Num primeiro momento, foi sugerido a pavimentação com paralelepípedos de rocha granítica para garantir as condições de tráfego e garantir um revestimento harmônico com o período histórico de construção da estrada, bem como, induzir a redução da velocidade dos veículos de carga, prevenindo eventuais acidentes de modo a atender os riscos do trecho. Outra sugestão para a possível intensificação do tráfego é desviar o transporte pesado de cargas, através das estradas vicinais, ou seja, trabalho que demanda estudo detalhado e envolvimento comunitário – atuação que não houve até o momento.

## CAPITULO 2

Nesse momento, os esforços para criar uma RPPN propriamente dita, somam se uma questão sólida ligada a pesquisa científica ao conhecimento histórico e sobretudo a maneira indigenista de encarar os recursos naturais. Sendo assim, entra em cena um convite; entrar numa viagem no túnel do tempo para compreender como os povos originários enxergavam um horizonte pleno antes de serem “tomados” pelos colonizadores.

### 2.1 O Resgate da Cultura Indígena

As populações indígenas são profundas conhecedoras de estratégias de sustentabilidade dos ambientes que vivem (Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2004). Estes conhecimentos, não somente contribuíram para que o conjunto de suas terras contivesse as maiores superfícies de áreas conservadas no país, mas também apresenta um valioso acervo de técnicas (CTI, 2004). Partindo desse pressuposto e, ciente de que as comunidades indígenas são sociedades dinâmicas, procuramos com esse trabalho resgatar evidencias que represente como a sabedoria indígena pode ensinar muito as civilizações circundantes sobre o aproveitamento racional das riquezas, sem destruição, sem a degradação ambiental e sem a diminuição do patrimônio da humanidade.

Como o assunto é resgate, é essencial estudar o passado, para conhecermos melhor os povos originários que ocuparam o território paranaense e como faziam para sobreviver e, também, como era sua relação com os recursos naturais. Portanto:

*“Supõe se que entre doze mil anos atrás, parte da região sul do Brasil e do nordeste da Argentina era ocupada por povos caçadores-coletores que, provavelmente, conviveram com a megafauna<sup>23</sup>, com a preguiça-gigante e outras espécies que habitavam o território paranaense até cerca de seis mil anos atrás, inclusive os campos de Curitiba e circunvizinhanças (PROVOPAR, 2006)”.*

---

<sup>23</sup> Pode ser traduzido como “o conjunto dos animais gigantes”. Apesar de esta definição poder incluir os dinossauros, o termo é mais usado para designar o conjunto dos animais pré históricos de grandes proporções que conviveram com a espécie humana.

Antes da colonização européia, segundo estudos arqueológicos pré-coloniais foi possível catalogar pelo método de datação por radiocarbono<sup>24</sup> instrumentos em pedra, cerâmica, ossos e restos de habitação que, permitiram reconstruir o passado dos grupos que habitavam o território paranaense. Outros métodos de estudos, atribuídos ao período pré-colonial, são os sítios arqueológicos, local ou grupo de locais, onde ficaram preservados testemunhos e evidências de atividades do passado histórico, neste caso, passado dos povos originários. Nos sítios arqueológicos são avaliados e estudados, segundo a disciplina da arqueologia, cidades antigas, necrópoles<sup>25</sup>, túmulos etc.

No Paraná foram identificadas várias tradições através de estudos arqueológicos, tais como a Umbu, a Humaitá e os Sambaquis - relacionados aos caçadores-coletores - e a Itararé e a Tupi-Guarani - representando povos agricultores e ceramistas - e relacionados às pinturas e gravuras rupestres, têm se as tradições Planalto e Geométrica, (PROVOPAR, 2006). Conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Periodização arqueológica para o território paranaense. Fonte: PROVOPAR et. Parellada.

Periodização arqueológica para o território paranaense			
Arqueologia	Período (a partir de)	Grupos	Tradições Conjuntas
Pré-Colonial	10.000 anos A.P*	Caçadores - coletores	Umbu
			Humaitá
	8.000 anos A.P	Pinturas e gravuras rupestres	Sambaquis fluviais
			Planalto
	4.000 anos A.P	Agricultores e ceramistas	Geométrica
			8.000 anos A.P
2.000 anos A.P		Itararé-Taquara	
		Tupi-Guarani	
Colonial	Século XVI ( 1500 d.C.** )	Europeus, jesuítas, índios contatados, membros de expedições de conquista	Neobrasileira

\*A.P. significa Antes do Presente, isto é, antes de 1950, que foi o ano que se criou o método de datação por radiocarbono.

\*\*d.C. é a abreviatura de depois de Cristo.

24 É o método de datação por radiométrica que usa o radioisótopo de ocorrência natural carbono 14 (14C) para determinar a idade de materiais carbonáceo até cerca de 60.000 anos.

25 É o conjunto de sepultamentos, também denominado cemitério, normalmente palavra relacionada a “campos santos”.

Esses primeiros habitantes vieram de áreas próximas do oceano Pacífico e do Centro-Oeste brasileiro, encontrando no Paraná, há mais de dez mil anos, um clima frio e seco, além de extensos campos (PROVOPAR, 2006). Grupos com característica nômade, eram conhecidos e classificados – conforme descrito e observado na tabela anterior -, pelos diferentes materiais lascados que confeccionavam, arte rupestre e demais evidências mitológicas comprovadas por pesquisadores.

## **2.2 A Hegemonia de um Povo Colonizador**

No século XV e XVI, quando os europeus chegaram ao Brasil e a América do Sul, encontraram um imenso território verde e justamente na costa do atlântico tiveram a primeira visão da mata atlântica. Por acreditar ter chegado ao oriente na busca de uma rota para Índia, usaram o termo índio para os povos originários encontrados nas Américas, desde então o termo foi adotado.

Estimativas apontam que a população Guarani no início do século XVI era, no mínimo, cerca de 1.500.000 (CLASTRES, 1978). Entre os anos de 1500 e 1600, no mesmo espaço onde se situa o Paraná, habitavam cerca de duzentos mil índios pertencentes a duas famílias lingüísticas: Jê e Tupi-Guarani (PROVOPAR 2006). Embora, na época da conquista não se possa precisar as diferenças grupais, é certo que os Guaranis dominavam ampla região geográfica, como comprovada por pesquisas arqueológicas (NOELLI, 2003).

Em 1549, no norte do litoral paranaense, viviam aldeias Tupiniquins, de língua Tupi. Na Baía de Paranaguá, viviam os carijós, de língua guarani, entre 1550 e 1560 (PROVOPAR 2006). Nessa época, aventureiros europeus encontravam na Serra do Mar e nos campos e Florestas do Planalto, muitos grupos ancestrais de índios Kaingang e Xokleng, da família lingüística Jê e dos Guaranis (PROVOPAR 2006).

Logo nos primeiros contatos entre colonos e indígenas, ficou clara a diferença cultural – os europeus consideravam os indígenas um povo selvagem - e, até hoje, percebemos esse racismo ofuscado pelo apelo tecnológico da globalização.

Durante o século XIX, também tivemos o apogeu do ciclo da erva mate, ou seja, não sobrou espaço para os povos originais da América do Sul. No decorrer dos anos seguintes, muito da cultura indígena se perdeu. A imposição da religião cristã nas reduções jesuíticas teve grande contribuição para este fato já que os índios eram obrigados a falar português, vestir roupas e proibidos de falar sua língua, dialeto ou manifestar sua cultura.

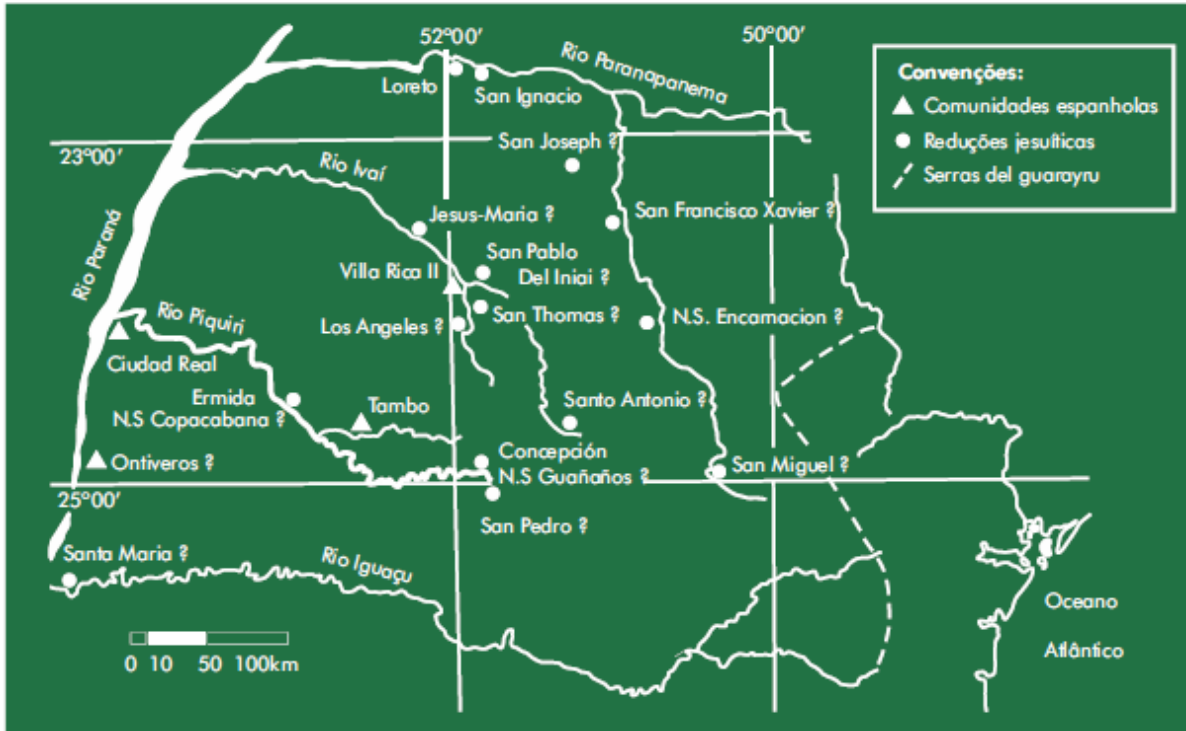
Naquela época, viu-se os primeiros impactos negativos advindos da colonização do homem branco; As doenças trazidas pelos europeus, como a gripe e a varíola, na sequência veio à escravização e confrontos armados pela posse das terras, além é claro da imposição do cristianismo fomentado pelo governo e padres jesuítas. Um exemplo dessa imposição dos colonos pode ser atribuído a partir da seguinte perspectiva:

*“... Para eles (colonos), era novidade a posse de terra coletiva, as formas das habitações e aldeias, os trajes e adornos com penas coloridas, as pinturas corporais, além das plantas e animais que conviviam com esses índios.” (Vida Indígena no Paraná. POVOPAR, PR. 2006).*

Após o passar dos anos a população indígena foi dizimada pelos confrontos e doenças, além de muitos índios cometerem suicídio e caírem em depressão se entregavam à morte. Aqueles índios que resistiam a colonização eram denominados “Índios bravos”, eram caçados para trabalhar como escravos nos engenhos e, haviam aqueles índios que foram induzidos a guerrear contra outras etnias.

Como pôde-se observar, o homem branco foi, aos poucos, introduzindo sua cultura ao passo em que se aproveitava – no sentido amplo da palavra - dos povos indígenas. Assim mesmo, ao longo do tempo, os indígenas se misturaram intensamente aos europeus e depois aos africanos, muitos mestiços acabavam por esquecer as raízes indígenas, até porque, na cultura indígena as tradições, ritos, costumes e conhecimento em geral, são passados dos mais velhos para as crianças e jovens. Esse fato contribuiu diretamente na perda da cultura original dos indígenas, já que, os mais velhos foram os que mais sofriram com a colonização.

No mapa à seguir, podemos visualizar a fundação de algumas Comunidades espanholas na província do Guairá e, posteriormente as reduções jesuíticas:



Mapa da Província do Guairá, com as vilas espanholas do final do século XVI e reduções jesuíticas do início do século XVII (Fonte: Parellada, 1997).

FIGURA 7 – Mapa histórico da Província do Guairá Fonte: PROVOPAR et. PARELLADA.

Após a proclamação da República em 1889 o norte do Paraná com as suas grandes florestas foi desmatado para produção de café, sem falar no ciclo do carvão e, tantos outros ciclos de exploração desordenada que revelou a ambição do homem branco com o passar dos anos.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em 2006 cerca de 11.500 índios viviam no Paraná, sendo a maioria Kaingang (~ 8.800) e Guarani (~2.660) além dos poucos Xokleng (~ 30) e Xeta (~10) em 19 Terras Indígenas (TI). (FUNAI. 2006). A preservação dessa valiosa cultura indígena, também é responsabilidade da União, dos Estados e dos municípios e esta bem clara na Constituição Federal de 1988, no capítulo VIII - “Dos índios” art nº 226.. Na Constituição do Paraná de 1989 no artigo 226 pode se encontrar o seguinte:

*“Art. 226 As terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado integram seu patrimônio cultural e ambiental e como tais serão protegidos. [...] § Único. Esta proteção estende se ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a*

*sobrevivência física e cultural dos indígenas.” Constituição do Paraná. 1989.*

A reflexão nos termos da Lei Federal e Estadual, não excetua iniciativas de estudantes, pesquisadores e, sobretudo, cidadãos advindos dessa mesma “Mãe Terra” de fazermos a nossa parte que, nesse presente trabalho é resgatar a cultura indígena e fomenta-la em uma RPPN nos moldes da conservação, educação ambiental e do turismo.

### **2.3 Os Diferentes Povos indígenas e seus ancestrais**

Os primeiros povos agricultores e ceramistas chegaram ao Paraná há quatro mil anos, vindos do planalto central brasileiro (PROVOPAR. 2006), por outro lado, existem estudos ainda em curso que, indicam a existência de civilizações avançadas cerca de 3000 Antes de Cristo (A.C.), entretanto, não há ligações de sentimentos característicos do homem branco que conhecemos, tais como; a ganância, singularidade etc.

Ainda com relação aos povos vindos do planalto central brasileiro, ao passar dos anos, dispersaram se do litoral até o oeste no território paranaense. Esses povos eram ancestrais de índios Jê, conhecidos como Guaianá, Coroado, Gualacho e Pinaré, e representados atualmente pelos Kaingang e Xokleng.

Indícios do ano de 1876 relatam com detalhes a existência e movimentação de grupos indígenas no entorno do litoral paranaense. Veja:

*“A mudança desses grupos indígenas para a Serra do Mar ocorreu na tentativa de fugir dos colonizadores europeus... Viviam em aldeias com ate trezentas pessoas, em grandes casas retangulares cobertas com folhas de palmeiras, algumas parcialmente subterrâneas, as quais no Paraná ficaram conhecidas como “buracos de bugre”. Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1876”.*

Evidentemente, os ancestrais dos Índios Jê se diferem em muitos aspectos, por exemplo:



*“Tradicionalmente, os ancestrais dos Kaingang enterravam os mortos em estruturas subterrâneas, forradas com folhas de palmeiras cobertas com montes de terra que pareciam pequenas pirâmides. Os Xokleng cremavam os mortos, e ambos os grupos faziam cemitérios em abrigos rochosos, onde pintavam e gravavam cenas interessantes de seu cotidiano. PROVOPAR, 2006”.*

A tradição arqueológica relacionada aos ancestrais de Índios Jê no Paraná é chamada de Itararé Taquara (PROVOPAR, 2006).

Relacionando as características indígenas citadas acima com o manejo “instintivamente ecológico”, pode se encontrar o seguinte; *“Uma das causas da grande expansão de mata de araucária, nos campos situados ao sul do Brasil, foi o manejo florestal pelos povos Jê, que tinham no pinhão um importante alimento. PROVOPAR, 2006”.*

Os ancestrais dos índios Tupi e Guarani – na tradição arqueológica tupi-guarani -, apareceram no Paraná há dois mil anos, provavelmente vindos da Amazônia. No início da ocupação dos índios Tupi e Guarani, relatos indicam que esses povos ocupavam todo espaço geográfico do Paraná, entretanto, preferiam áreas da mata atlântica. Os guarani eram povos agricultores e a exemplo dos ancestrais dos índios Jê moravam em aldeias de até trezentos índios, porém, as habitações dos Guarani eram mais largas que a dos Kaingang. Uma característica que foi assimilada pelos europeus e, perpetua se até hoje é o hábito de beber a erva mate (Ka’a) com água fria ou quente, bem como, uso de cachimbos cerâmico.

Outra característica intrigante dos índios Guarani, provavelmente, ligada a sua devoção espiritual nos diz o seguinte:

*“No centro da aldeia existia, geralmente, a casa de rezas (opy) para suas atividades rituais. [...] Costumavam sepultar os mortos em vasilhas cerâmicas, no interior da casa, que era, em seguida, incendiada, e uma habitação construía – se no mesmo local. O enterro em urna podia ser secundário, ou seja, inicialmente o indivíduo era sepultado às margens de um rio, por exemplo, e depois de algum tempo, os ossos eram retirados, pintados, emplumados e junto com adornos do morto, inserido em uma vasilha de cerâmica, agora enterrada no interior da casa do morto ou das rezas[...]PROVOPAR. 2006”.*

A relação dos índios Guarani, num primeiro momento, não parece ser instintiva mas sim conscientemente – espiritualmente - ecológica, ou seja; “ *Sua aldeia durava de cinco a seis anos. Como os recursos naturais ficavam esgotados, transferiam se para outros lugares para que o solo descansasse e a fauna se recompusesse. Às vezes, retornavam para áreas onde já tinham vivido.*PROVOPAR, 2006”.

### **2.3.1 Relação de Amor a Terra, Às Plantas, Ser Solidário e Respeito ao Próximo.**

Os modos de produção dos povos indígenas são diferentes. Tradicionalmente, não fazem questão de acumular bens materiais; porem a sobrevivência física e cultural deles depende da garantia de seus territórios. Sendo assim, a demarcação de terras indígenas vem acontecendo, no Brasil, desde 1910 – um processo cheio de incertezas aliado a um histórico de expropriações do homem branco que objetiva o interesse econômico – e as populações indígenas, de um modo geral, tem demonstrado interesse em participar diretamente dos levantamentos, caracterização e diagnósticos ambientais em suas terras de modo a contribuir com informações acerca de suas relações com o meio ambiente e a biodiversidade. Para os indígenas a idéia de meio ambiente se fundamenta em sua cosmologia<sup>26</sup> e esta diretamente relacionada às noções amplas de território e aos bens naturais que produzem e encontram na terra (CTI. 2004). Falar de meio ambiente em terras Guarani por exemplo é falar da critica situação fundiária que as envolve (CTI. 2004) e vem sendo motivo de confrontos, muitos desses armados, periodicamente transmitidos nos telejornais.

A demarcação, regularização, desocupação, registro e a fiscalização de terras indígenas pode permitir a posse e o usufruo exclusivo de suas riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes aos seus povos originários, portanto, é preciso garantir ao índio o direito sobre as terras que ocupa (CTI. 2004).

É importante valorizar a diversidade cultural que representa o indígena. Normalmente, homens e mulheres indígenas possuem conhecimentos valiosos sobre recursos naturais e como maneja los (CTI. 2004). Integrar esse conhecimento para que a comunidade conheça e reflita sobre as relações que mantem povos indígenas com os recursos naturais é

---

<sup>26</sup> Do grego; “Cosmos”/”ordem”/”mundo” + “discurso”/”estudo”) ciência que estuda a estrutura, evolução e composição do universo.

fundamental. Os homens e mulheres indígenas geralmente têm relações místicas e espirituais com os recursos naturais e interagem com eles como seres vivos, importantes para sua sobrevivência e bem estar físico, mental e espiritual (CTI. 2004).

Alem disso, muitos povos indígenas atribuem diferentes qualidades, como masculino e feminino, aos diferentes recursos naturais. Eles também atribuem diferentes qualidades sociais e religiosas específicas aos homens e mulheres com determinados conhecimentos e responsabilidades e às relações com esses recursos naturais (CTI. 2004). Portanto é importante concentrarmos no sentido de incorporar essas tradições histórico culturais, rituais e praticas sustentáveis em termos de práticas sustentáveis. Dada dicotomia do projeto, no próximo capítulo vamos entender em que aspectos esse trabalho contribuí e, quais ações se aplicam aos indicadores estudados pensando uma RPPN no município propriamente dito.

## **2.4 Índios e preservação**

Se pensarmos em quem representa melhor a figura humana, esse seria o índio. É historicamente comprovado que as etnias indígenas do Paraná conviviam em harmonia com a natureza, e isso mudou drasticamente com a chegada do homem branco, já que naquela época a exploração das riquezas e recursos naturais – sem critério – era fruto da ganância e ignorância dos colonizadores.

Desde então a degradação ambiental pelo homem branco segue desenfreada, ocorrendo o desaparecimento de espécies vegetais e animais nativos, alguns nunca antes estudados ou descobertos. Junto com essas espécies, desapareceram também algumas etnias indígenas como pode se observar na imagem à seguir:

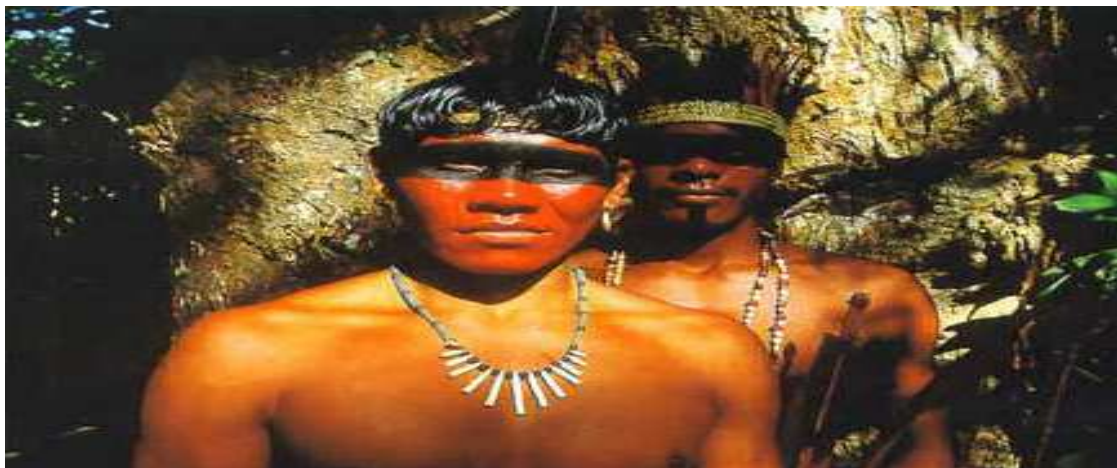


FIGURA 8 – Índios Carijós. Rosana Volpatto et. Índios do Brasil.

Os povos indígenas pressionados abandonaram suas terras, fugiram para o interior da floresta e territórios isolados até que não lhes sobraram lugar nenhum para viver, sendo hoje obrigados a viver confinados em terras indígenas criadas por um processo burocrático – demorado – sem condições de sobreviver com dignidade e manter seus costumes e tradições milenares. Mesmo assim, hoje, nas aldeias do Paraná as matas voltaram a crescer, gerando nova cobiça dos madeireiros e diversos grupos que usam e manipulam os índios. Senão veja o depoimento de um índio:

“... Aí os brancos dizem que não podem caçar, então eu digo: - Vocês destruíram, quem matou os animais foram vocês, então esses bichinhos que estão vivos até agora em algumas aldeia, é porque nós estamos vivos ainda, senão vocês teriam acabado com tudo. Só agora os brancos pensam, depois de muito tempo, de muitos anos, que é preciso preservar...‘Convênio Internacional de Biodiversidade’...Nós índios é que sabemos conservar a ‘biodiversidade’. Por isso nós temos o direito de manter o nosso costume e de conservar. Os brancos, tudo o que vêm pela frente, vão destruindo. Só nós índios temos como fundamento conservar. Nós vivemos conforme Tupã nos ensinou” (Jovem liderança de misiones – Argentina, 1997).

Por processos históricos e suas características geográficas, o Sul do país foi uma das regiões mais visadas pela colonização e pelos caçadores de escravos. No Paraná, as últimas décadas caracterizam as pressões intensas sobre o meio e as etnias indígenas. Curitiba - uma das maiores metrópoles do país – existiam os índios Tinguís que foram muitos simpáticos e hospitaleiros e guiaram os colonizadores para o local onde hoje é hoje a praça Tiradentes. E desse povo tão gentil que foi extinto, restou apenas um parque que os homenageia – como podemos observar na foto à seguir -, bem como, um bairro chamado Vila Tinguí na região norte



FIGURA 9 – Parque Tinguí, estátua em homenagem ao Cacique Tindiquera, Guia Geográfico Parques de Curitiba.

## CAPITULO 3

### **3.1 A dicotomia do projeto na participação com os ODM's e considerações finais**

Antes de qualquer coisa, nesse capítulo deve ficar uma coisa bem clara; Contribuiu se, apenas, para o alinhamento de alguns objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento do milênio relacionados com o meio ambiente e educação. Conscientemente, não é possível abranger todos os tópicos do ODM nesse trabalho, entretanto, incorporar a realidade do entorno de Quatro Barras, a fim de potencializar alguns desses objetivos, metas e indicadores foi possível. O desafio de cumprir e superar os desafios do ODM estipulados pela ONU é constituído por inúmeros núcleos de estudos, projetos que objetivam a construção de uma sociedade moderna, adequada e moralmente correta, orientada por princípios éticos (ORBIS, 2007). Sendo assim, apontou se em quais objetivos, metas e indicadores contribui esse trabalho – mesmo que em ínfima parte - segundo a dicotomia que esse trabalho apresentou.

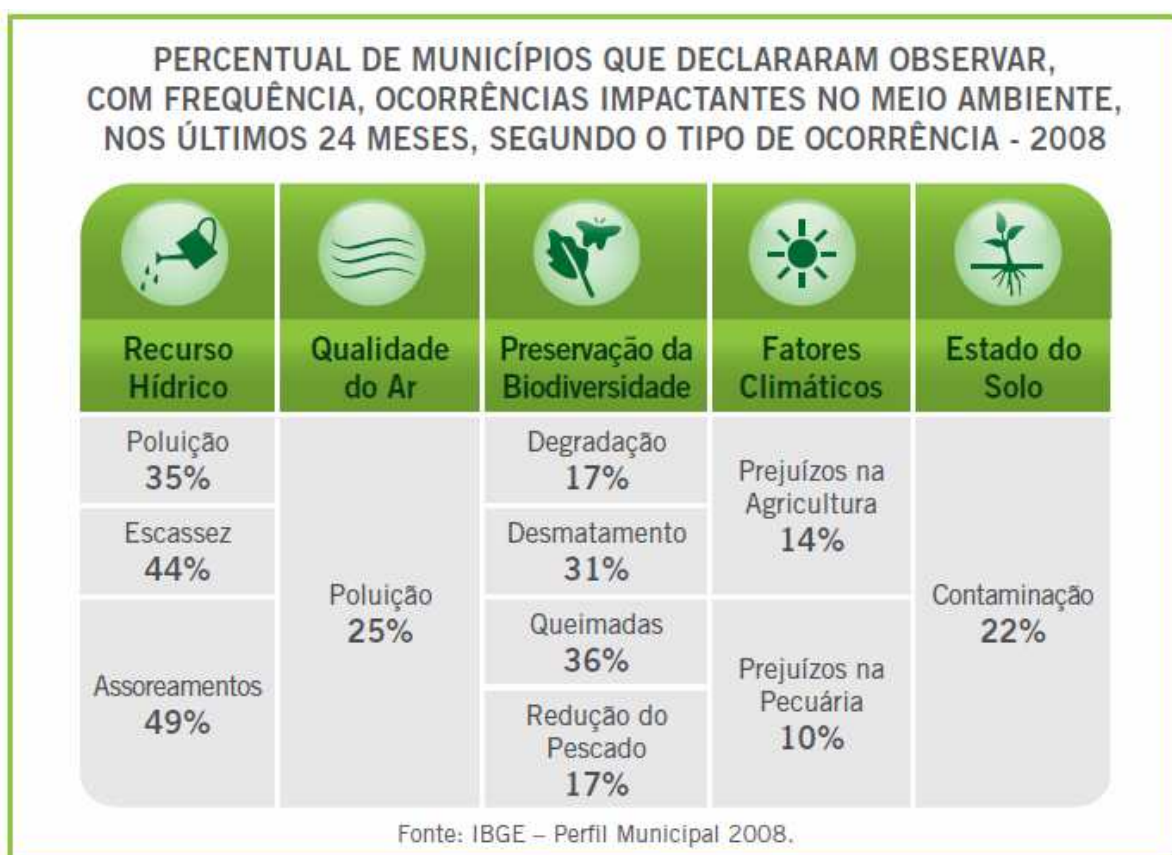
Em uma leitura dinâmica, foi consultado três publicações do Observatório Base de Indicadores de Sustentabilidade sendo a primeiro de nível estadual – uma introdução geral dos ODM e as mesorregiões - o segundo visualizando a região II - metropolitana de Curitiba - que corresponde aos municípios de Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras e Rio Branco do Sul com atenção especial para cidade foco desse projeto; Quatro Barras, representada por estudo específico finalizando três publicações reunidas nesse trabalho.

Os ODM são importantes demais para fracassarem (ORBIS, 2007). Para tanto vamos observar o que diz o Indicador; Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente (Paraná, 2007):

*“[...] Junto com as florestas, as fontes energéticas, o ar e a biodiversidade, compõe o amplo leque de recursos naturais de que dispomos e de cuja proteção dependemos nós e todas as demais formas de vida do planeta. Sem a adoção de políticas e programas ambientais, nada se conserva em grande escala, assim como sem a posse segura de suas terras e habitações, poucos se dedicarão à conquista de condições mais limpas e saudáveis para seu próprio entorno. [...]”*

Dessa forma, visualizando o sétimo item do ODM e alinhando-o as nossas condições de ação, o presente trabalho identificou que, a criação de uma UC propriamente dita no município de Quatro Barra pode contribuir - em termos de conservação da biodiversidade – para melhorar e garantir uma vida mais prospera e saudável com respeito ao meio ambiente. Conforme a tabela a seguir, pode se entender o quanto é importante fazer parte do compromisso que representa os ODM's:

Tabela 2 - Percentual de ocorrências de impactos ambientais no Paraná 2008. Fonte: IBGE, Orbis.



Esse percentual, trouxe uma breve análise da situação do ODM no Paraná como um todo e, contempla o objetivo 7: Promover a Qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente. “Em 2008, 85% dos municípios paranaenses declararam ter observado, com frequência, ocorrências impactantes no meio ambiente nos últimos 24 meses. Desses, 13% alegam que a alteração ambiental afetou as condições de vida da população” (ODM Paraná e Mesorregiões, 2009). Sendo assim, Quatro Barras deve agir imediatamente no sentido de exercer uma ação imediata para não perder em qualidade de vida quando lesa os “serviços

ambientais prestados pelo meio ambiente” e conseqüentemente perder a cobertura vegetal que representa no mapa a seguir:

### REMANESCENTES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARANÁ – 2005

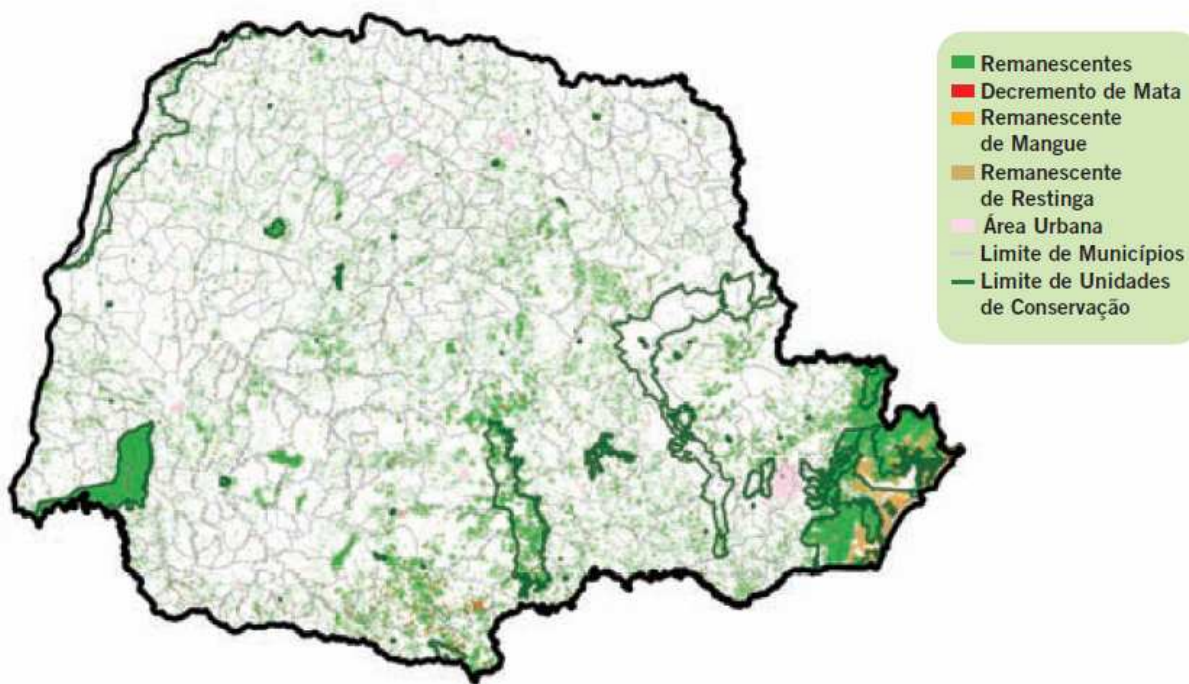


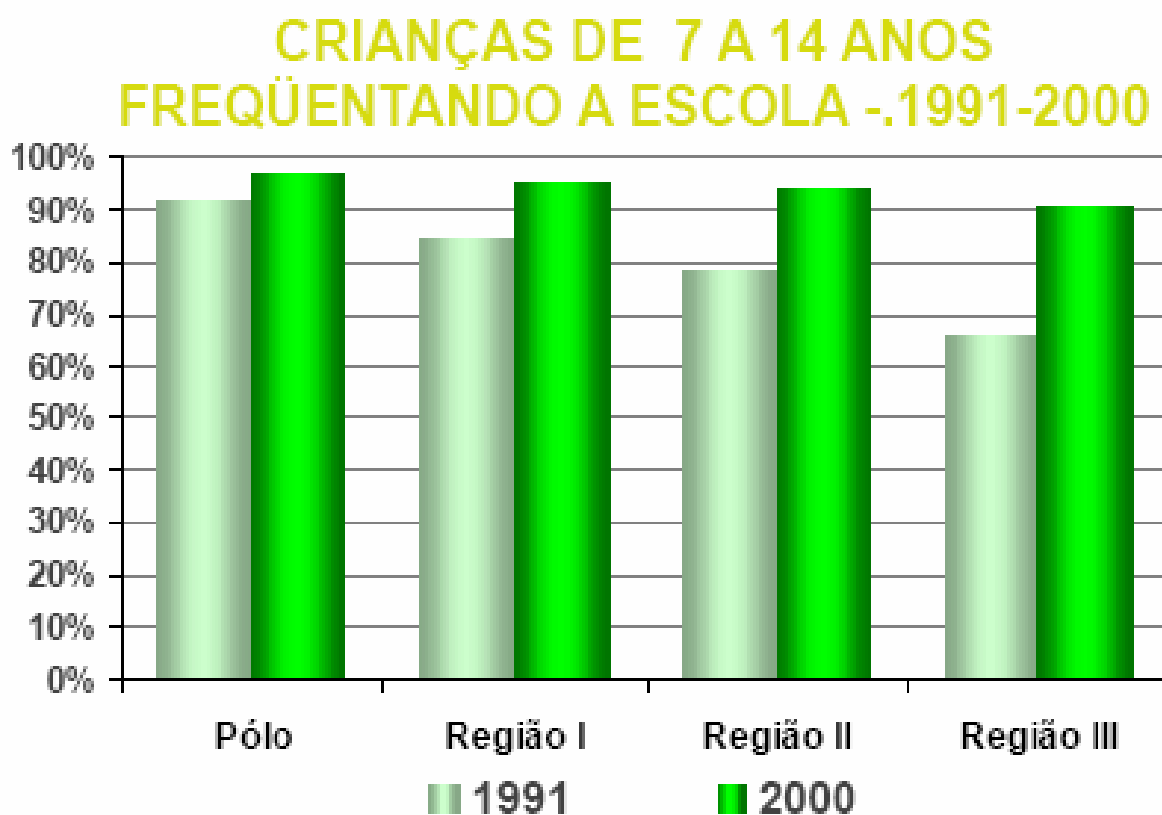
FIGURA 10 – Remanescentes e UC's no Paraná – 2005. Fonte: SEMA/ SOS Mata Atlântica / INPE.

A preservação do meio ambiente passa necessariamente por uma conscientização mútua de todos os setores da sociedade, muito além das políticas públicas assistencialistas e oportunistas vistas atualmente. O esforço desse trabalho – em termos de abrangência – congregou incentivos em conjunto e, demonstrou o quanto é importante o envolvimento da sociedade voltado para ótica do desenvolvimento sustentável. Esses incentivos passam, preferencialmente, pela educação Ambiental. Sem educação nada se consegue. A educação ambiental está diretamente ligada à pesquisa científica que resulta num entendimento íntimo sobre as diversas necessidades que compreendem um determinado meio. Essa é uma relação de amadurecimento que deve estar completamente afinada a uma estratégia de fortalecimento social, econômico e ambiental.

Vejamos o que nos diz o indicador a seguir:



INDICADOR 1: Percentual de crianças de 7 a 14 anos freqüentando a Escola – 1991 – 2000. Fonte: ORBIS MC ET. IBGE.

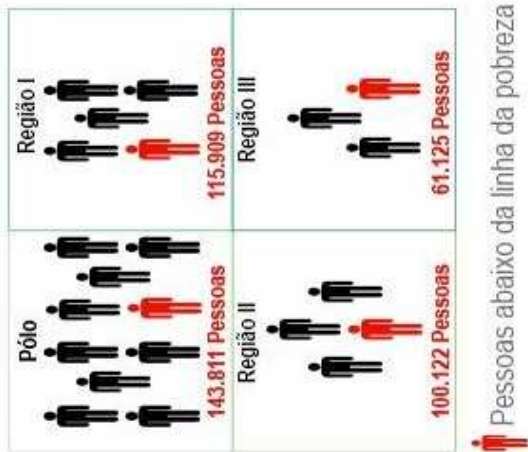
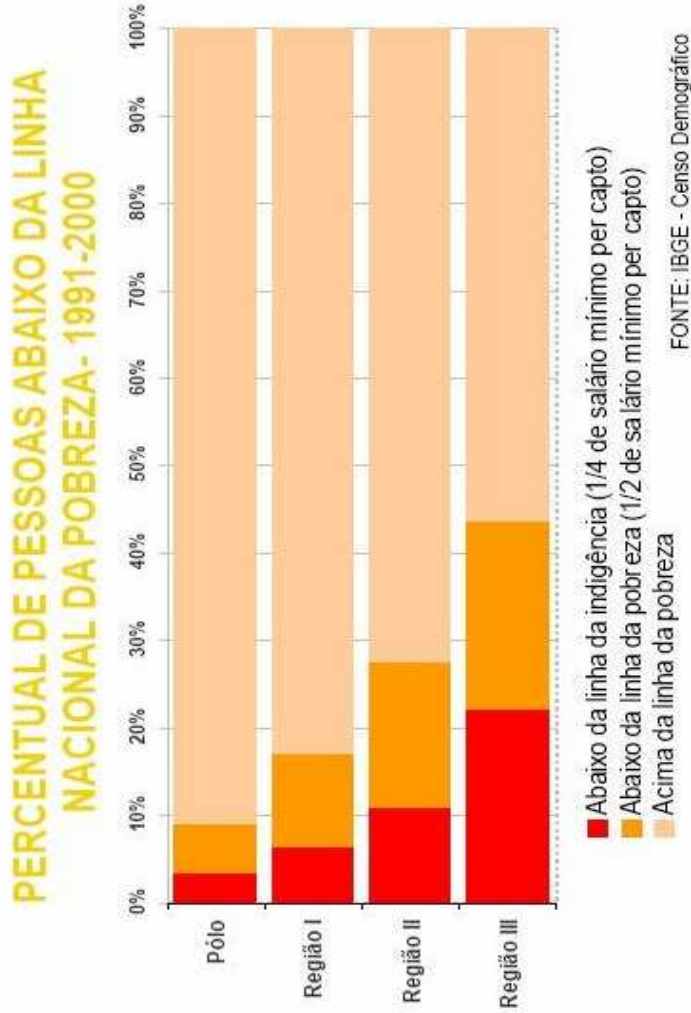


FONTE: IBGE - Censo Demográfico

De modo a estimular a participação comunitária e contribuir para alterar positivamente, na região II, para que todas as crianças de 7 à 14 anos freqüentem a escola propondo a realização da educação ambiental dentro da RPPN, objetivando a interação e a participação dos alunos e professores em uma ação integrada com a ementa escolar. Esse estímulo é proveniente de projetos; Programas e gincanas ambientais que contemplem a pesquisa científica e atenda a necessidade da escola participante.

Outra maneira de contribuir para os ODM é começar uma ação que contribua para geração de Renda na comunidade onde esta inserida a RPPN. Veja o próximo indicador:

INDICADOR 2 : Percentual de Pessoas abaixo da linha nacional da pobreza – 1991 – 2000. ORBIS MC.



Esse indicador sugere ações prioritárias para Região I e II respectivamente. Como já mencionamos Quatro Barras esta presente na região II que, por sua vez, representa pouco mais de 10% de pessoas abaixo da linha da indigência, ou seja, ganham  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo per capta. A região II também representa quase 30% de pessoas abaixo da linha da pobreza. Em uma análise geral a cada quatro pessoas uma esta abaixo da linha da pobreza, dados alarmantes para a região II. A ação desse trabalho previu uma parceria integrada – através da capacitação profissional e da educação ambiental – para geração de renda no município de Quatro Barras através do turismo de base comunitária. Essa ação corresponde ao fomento de atividades produtivas da família Rural conduzida por iniciativas participantes e novos projetos relacionados à atividade produtiva da comunidade. As atividades produtivas incentivam o manejo consciente do solo, bem como, a comercialização de atividades artesanais que objetivem a melhoria do município de Quatro Barras – Região II - em termos de rendimento financeiro per capta<sup>27</sup>.

Ainda falando de Quatro Barras, em uma comparação dinâmica a cobertura florestal em 2002 representava 10.233,90 ha, ou seja, um percentual de 57% de área total com cobertura florestal. Atualmente não podemos afirmar que esse percentual é positivo para o meio ambiente, ou seja, os rumos que vem tomando as ações públicas e privadas não agradam os ODM's que orientam à uma mudança.

Todas essas mudanças, segundo o ODM, fazem parte de uma pauta prevista até 2015. De maneira geral, até 2015 poucos são os municípios que estão conseguindo atingir níveis ideais para alcançar a plenitude da proposta dos ODM's.

---

<sup>27</sup> Indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento de um país ou região e consiste na divisão da renda nacional.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que, no município de Quatro Barras existe grande potencial para conservar e preservar conceitos abordados nesse trabalho, mas falta iniciativa pública e privada que respeitem as peculiaridades históricas e culturais desse município de maneira igualitária nos pilares da sustentabilidade. Para isso é necessário facilitar as relações políticas, culturais e estruturais, criando uma rede de relacionamento que viabilize as atividades da população com a proposta da RPPN no município de Quatro Barras. A chave para esse caminho é a educação.

Essa sintonia, pressupõe de uma ação conjunta em prol do avanço social, econômico sobre a égide ambiental necessária. A ação conjunta foi prevista à começar pelo envolvimento comunitário e, posteriormente pelas atividades realizáveis em uma RPPN.

Concluimos que essa ação integrada pode contribuir para realização dos ODM's citados utilizando o resgate histórico cultural para atingir a excelência na preservação do meio ambiente, bem como, a gestão da UC em termos de desenvolvimento sustentável.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANDO, M. S. **Agrodiversidade: Ferramenta a Serviço de uma Agricultura Sustentável**, Série Documentos. EMBRAPA, 2002. 21p.

Assessoria de Comunicação -Sociedade de Pesquisa em vida selvagem e educação Ambiental - SPVS. **Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná, Oportunidades de Parcerias**. Posigraf, Paraná, 2006. 8p.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo sustentável e globalização: Impasses e perspectivas**. 2003. Publicado.

BATISTELLI, E.; SARAIVA,M. **Os povos indígenas no Paraná**. Curitiba: SEMA-PR, 1997,26p

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas**, 2008. 56p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: Orientações Básicas**, 2008. 60p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Negócios e Eventos: Orientações Básicas**, 2008. 44p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Estudos e Intercâmbio: Orientações Básicas**, 2008. 40p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**, 2.ed. 2008. 60p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: Orientações Básicas**, 2008. 52p.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. 200 p.

BENI, M. C. **Turismo: como aprender, como ensinar, volume um**. 3 ed. São Paulo: Senac, 2000. 319 p.

BENI, M.C. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BOBBIO, Norberto 1909. **Estado, governo, sociedade; Por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, 2007. 172p.

BOLZANI, G. **Participação Comunitária e Conservação de Áreas Protegidas; lições do Projeto PALOMAP** /por/Gisele Bolzani e Karen de Fátima Follador Karam. Curitiba: SPVS, 2003. 72p.

BORBA, T. M. **Actualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. 171p.

COLOM, A. J. Et. Al. **Modelos de intervenção Socioeducativa**. Tradução. Madri, ediciones Marea, 1992.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL art nº225; Lei complementar nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto Federal nº4.340. Lei Federal nº4.771 de 15 de setembro de 1965. Decreto Federal nº5.746 de 5 de abril de 2006. Portaria nº277 do IBAMA de 1988. Decreto Federal nº98.914 de 1990. Decreto Federal nº1922 de 1996.**

COSTA, André Dias. **Sustentabilidade, políticas públicas e turismo: uma discussão conceitual**. 2003.

LEITE, P.F. & KLEIN, R. M. Vegetação. In: Mesquita, O. V. (ed.), **Geografia do Brasil - Região Sul, vol. 2**. IBGE, Rio de Janeiro, 1990. pp. 113-150. SOS Mata atlântica. Disponível no site; <http://www.sosmatatlantica.org.br>

COSTA, Cláudia Maria Rocha. **Potencial para a implementação de Políticas de Incentivo às RPPNs**. Belo Horizonte. Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, The Nature Conservancy. 2006.

CUNHA, M.C.(org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp, Cia Letras, SMC, 1992.

ELLEMBERG, H.: MUELLER-DOMBOIS, D. A. **Tentative physiognomic-ecological classification of plant formations of the earth**. Separata de Ber. Geobot. Inst. ETH, Zurich. 1965/66. *apud* IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro.92p. (Séries Manuais Técnicos em Geociências, n. 1). 1992.

FERNANDEZ, L.M.; CASTRO, R.G.S.;CARVALHO,S.H.C. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Brasília: IBAMA, 2004. 96pg.

FERRARINI, Sebastião. 1925 – **História de Quatro Barras**, Curitiba. 1987. 496p.

HAUBERT,M. **Índios e jesuítas no tempo das missões**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

INÊS, M. Ladeira. **Terras indígenas e unidades de Conservação na Mata Atlântica – Áreas protegidas?** Revista eletrônica do CTI – Centro de Trabalho indígenista, artigo, Agosto, 2004. 15p.

INSTITUTO histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. **Boletim**. 1996.

JECUPÉ, K.W. **A terra dos mil povos: historia indígena brasileira contada por um índio**. (Série educação para a paz) São Paulo: Peirópolis, 1998.

KARAM, G. **Proposta metodológica para a utilização de indicadores sócio-ambientais em comunidades rurais contempladas por projetos de conservação e desenvolvimento da SPVS**. Monografia, UFPR. Curitiba, 2005.

Kourganoff, V. **A Pesquisa Científica**, 1961.

LEITE, P.F. & KLEIN, R. M. Vegetação. In: Mesquita, O. V. (ed.), **Geografia do Brasil - Região Sul, vol. 2**. IBGE, Rio de Janeiro, 1990. pp. 113-150.  
SOS Mata atlântica. Disponível no site; <http://www.sosmatatlantica.org.br>

LOLIS, ROBERTO. **Potencialidades do Município de Quatro Barras – PR, Turismo em Áreas Naturais – Turismo Rural e Ecoturismo**, Gov. do Paraná, Quatro Barras, 2001. 28p.

LOPES, José Carlos Veiga – **ICATUPORANGATUBA: Subsídios para a história de Piraquara**. 2008. 296p.

MARETTI, C. 2001. **Comentários sobre a situação das Unidades de Conservação no Brasil**. In: **Revista de Direitos Difusos, Vol. 5** - fevereiro/2001 - Florestas e Unidades de Conservação. Brasília, Ed.Esplanada-ADCOAS.

MARTINELL, Alfons. Cultura e cidade: Uma aliança para o desenvolvimento – A experiência da Espanha. In: UNESCO Brasil. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para o desenvolvimento**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

MELO, Adriano Lopes de Melo et. Al. Interfaces entre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e inclusão social. Disponível na internet em: <http://ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/AdrianoMelo.pdf>

MIELKE, Eduardo. SERRA, Mauricio Aguiar, GANDARA, Jose Manuel, Paixão, DIAS, Dario Luis. **A Relação entre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Turismo em Áreas Naturais: Um binômio ao desenvolvimento sustentável**. 2004.publicado

MIELKE, Eduardo, RAMÍREZ, Nicolás. **Cooperativismo como instrumento de desenvolvimento do turismo rural. Estudo de caso: Roteiro dos Imigrantes – PR**, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto nº4340, de 22 de agosto de 2002. 2.Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF.52p.

ORBIS MC. Observatório Base de Indicadores de Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba, **Indicadores do Milênio na Região Metropolitana de Curitiba**, Curitiba, 2007. 24p.

ORBIS. Observatório Base de Indicadores de Sustentabilidade, **Indicadores do Milênio no Estado do Paraná**, Curitiba, 2007.

PARELLADA, Cláudia Inês. **Estudo Arqueológico no Alto Vale da Ribeira: Área Gasoduto Bolívia - Brasil trecho X Paraná**. 2005. 271p. Tese (Doutorado em arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PARELLADA, Cláudia Inês. **Vida Indígena no Paraná: Memória, presença, Horizontes**. PROVOPAR Ação Social, Curitiba. 2006 64p.

RUSCHMANN, Dóris. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. 1994. tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes/USP, São Paulo, 1994.

SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento sustentável e turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística: uma introdução**. Blumenau, SC; Florianópolis, SC: EdiFURB; Bernúncia, 2004. 129 p.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Uma proposta de um modelo de gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) — Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHMIDLIN, P. H. **Sendeiros coloniais do Século XVII no Paraná Ligando a Marina com os Planaltos**. Pesquisa; 2008. 4p.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1991. 231 p.

SWARBROOKE. J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000. 140 p.

TORTORELLI DE LORENZO, T. **Essência e aprendizagem por projetos**. Tradução. Buenos Aire, Kaplusz 1999.

WWF - Brasil, Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. **Iniciativa cidadã para a proteção da natureza**. São Paulo, 2008. 20p.

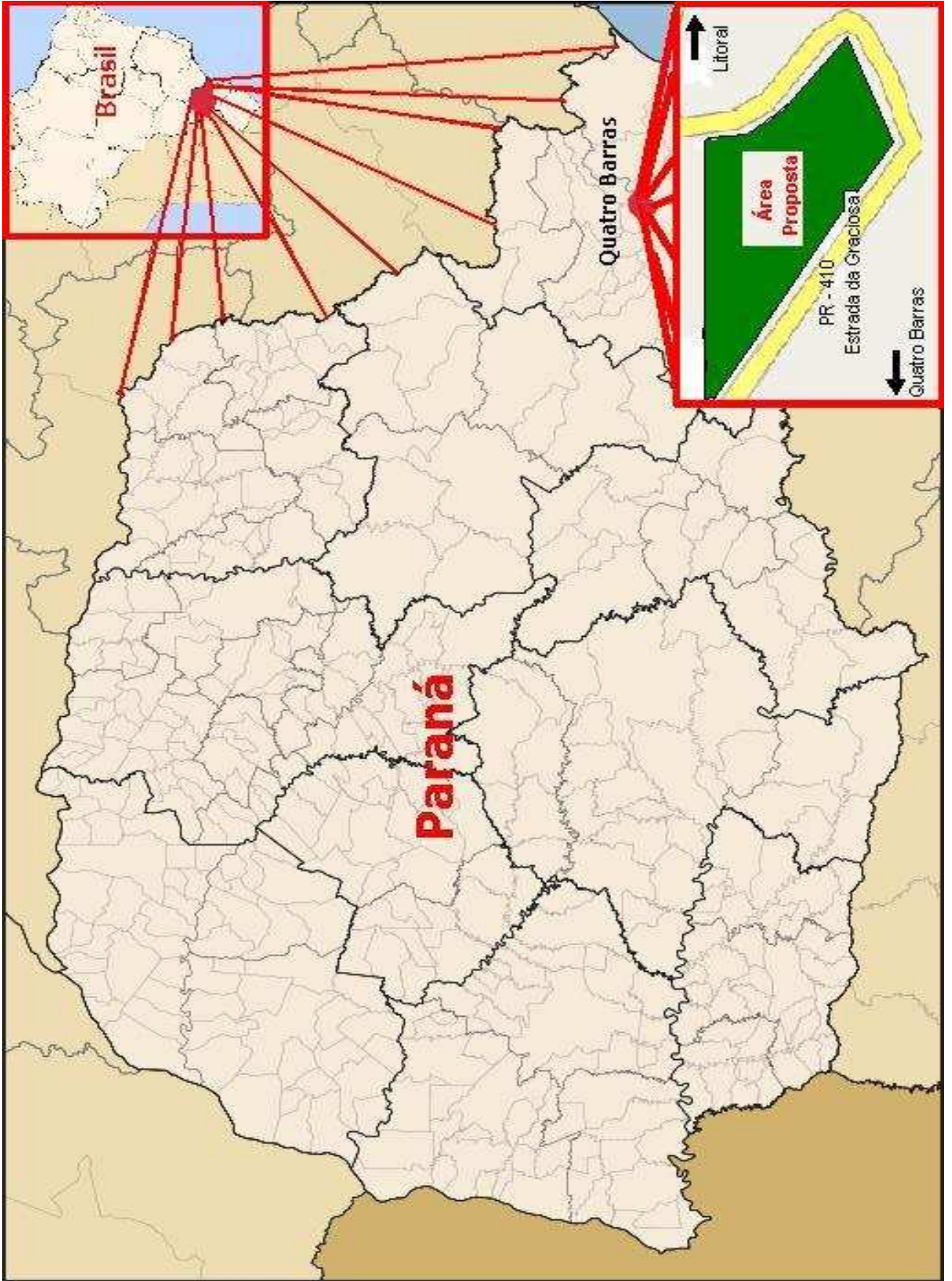


## 6. ANEXOS

### Anexo I-a



Anexo I-b





## Anexo II

PESQUISA COM A COMUNIDADE DE PIRAI DO SUL – NOV/2004			
ENTREVISTADOR:		DATA:	
1. Qual o bairro em que você reside? Bairro _____	1	13. Você acha que o Santuário é importante para a sua comunidade? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> Porque? _____ _____	13
2. Sexo do entrevistado 1. Masculino <input type="checkbox"/> 2. Feminino <input type="checkbox"/>	2		
3. Qual sua idade? 1. 16 e 17 anos _____ <input type="checkbox"/> 2. 18 e 19 anos _____ <input type="checkbox"/> 3. 20 a 24 anos _____ <input type="checkbox"/> 4. 25 a 34 anos _____ <input type="checkbox"/> 5. 35 a 49 anos _____ <input type="checkbox"/> 6. 50 a 64 anos _____ <input type="checkbox"/> 7. Mais de 64 anos _____ <input type="checkbox"/>	3	14. Você o considera um atrativo turístico? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> Porque? _____ _____	14
4. Há quanto tempo reside em Pirai do Sul? 1. De 1 a 2 anos _____ <input type="checkbox"/> 2. De 3 a 5 anos _____ <input type="checkbox"/> 3. De 6 a 10 anos _____ <input type="checkbox"/> 4. Há mais de 10 anos _____ <input type="checkbox"/>	4	15. Você acredita que a devoção da comunidade para com a Nossa Sra. das Brotas poderá contribuir para o fortalecimento do Turismo Religioso na cidade? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> Porque? _____ _____	15
5. Qual é o seu grau de escolaridade? 1. Fundamental incompleto _____ <input type="checkbox"/> 2. Fundamental completo _____ <input type="checkbox"/> 3. Ensino médio incompleto _____ <input type="checkbox"/> 4. Ensino médio completo _____ <input type="checkbox"/> 5. Superior incompleto _____ <input type="checkbox"/> 6. Superior completo _____ <input type="checkbox"/> 7. Pós graduação _____ <input type="checkbox"/>	5	16. Quais os benefícios que os peregrinos podem trazer à cidade? (2 opções) 1. Mais empregos _____ <input type="checkbox"/> 2. Mais renda para a cidade _____ <input type="checkbox"/> 3. Desenvolvimento turístico _____ <input type="checkbox"/> 4. Não traz nenhum benefício _____ <input type="checkbox"/> 5. Outros (especificar) _____ <input type="checkbox"/>	16
6. A qual denominação religiosa você pertence? _____	6	17. Você acha que a cidade tem condições de receber turistas? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> Porque? _____ _____	17
7. Você já visitou o Santuário de Nossa Sra. Das Brotas? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/>	7	18. Que melhorias você julga que devem ser feitas na cidade para receber bem os turistas? Qualifique em: Ruim Regular Bom 1. Vias de acesso à cidade _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. Restaurantes _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. Limpeza pública _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. Sinalização _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. Recepção aos turistas _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. Infra-estrutura dos locais de visitação _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 7. Hospedagem _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 8. Outros _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	18
8. Com que frequência vai ao Santuário? _____ Vezes por ano	8		
9. Você sabe quando é realizada a Festa de Nossa Sra. das Brotas? (Dia/mês)	9		
10. Você sabe que Pirai do Sul faz parte da Rota dos Tropeiros? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/>	10		
11. Você sabe que Nsa. Sra. das Brotas foi escolhida como Padroeira da Rota dos Tropeiros? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> Comentários: _____	11	19. Qual sua sugestão para consolidação do Turismo religioso na sua cidade? _____ _____	19
12. Qual sua opinião sobre isto? Comentários: _____	12		
** Como você qualifica o Santuário para receber os peregrinos Qualifique em: Ruim Regular Bom 1. Igreja _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. Acesso _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. Estacionamento _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. Banheiros _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. Sinalização _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. Alimentação _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 7. Infra-estrutura Geral _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		20. O que você pode fazer para ajudar no processo de consolidação, (Cite até 3 atividades) _____ _____	20
		21. Você já participou das festividades? 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> Qual sua opinião sobre a mesma? _____	

**Anexo III**


---

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

**REQUERIMENTO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ e Telefone \_\_\_\_\_ vem solicitar que no imóvel denominado \_\_\_\_\_ com a área de \_\_\_\_\_ (hectares) registrada no Registro de Imóveis da Comarca de \_\_\_\_\_ sob a matrícula/registro nº \_\_\_\_\_, localizado no município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, seja criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural, conhecida como RPPN denominada \_\_\_\_\_, com a área de \_\_\_\_\_ (hectares).

Afirma estar ciente e de acordo com as restrições e usos permitidos na área a ser constituída como RPPN, como também o caráter de perpetuidade da reserva.

---

Proprietário(s) ou Representante Legal

Recebido no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Representante do IBAMA

---

**Anexo IV**

## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS -  
IBAMA

## TERMO DE COMPROMISSO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, residente  
 \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ e  
 Telefone \_\_\_\_\_, proprietário do imóvel denominado  
 \_\_\_\_\_ com a área de  
 \_\_\_\_\_ (hectares) registrada no Registro de Imóveis da Comarca de  
 \_\_\_\_\_ sob a matrícula/registro nº  
 \_\_\_\_\_, localizado no município  
 \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, compromete-se a cumprir o disposto na Lei nº 9.985,  
 de 18 julho de 2000, no Decreto nº 4.440, de 22 de agosto de 2002, e no Decreto nº \_\_\_\_\_, de  
 \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ e nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria,  
 assumindo a responsabilidade cabível pela integridade ambiental da Reserva Particular do Patrimônio  
 Natural, conhecida como RPPN denominada \_\_\_\_\_, com a  
 área de \_\_\_\_\_ (hectares), inserida sob a matrícula/registro nº  
 \_\_\_\_\_.

O proprietário deverá proceder à averbação do ato de criação da RPPN no Registro de Imóveis competente, que gravará o imóvel como unidade de conservação em caráter perpétuo nos termos do art. 21, § 1º, da Lei nº 9.985, de 2000.

O presente Termo é firmado na presença do Gerente Executivo do IBAMA no Estado e de duas testemunhas para este fim arroladas, que também o assinam.

\_\_\_\_\_  
Proprietário\_\_\_\_\_  
Gerente Executivo do IBAMA

## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

CI:

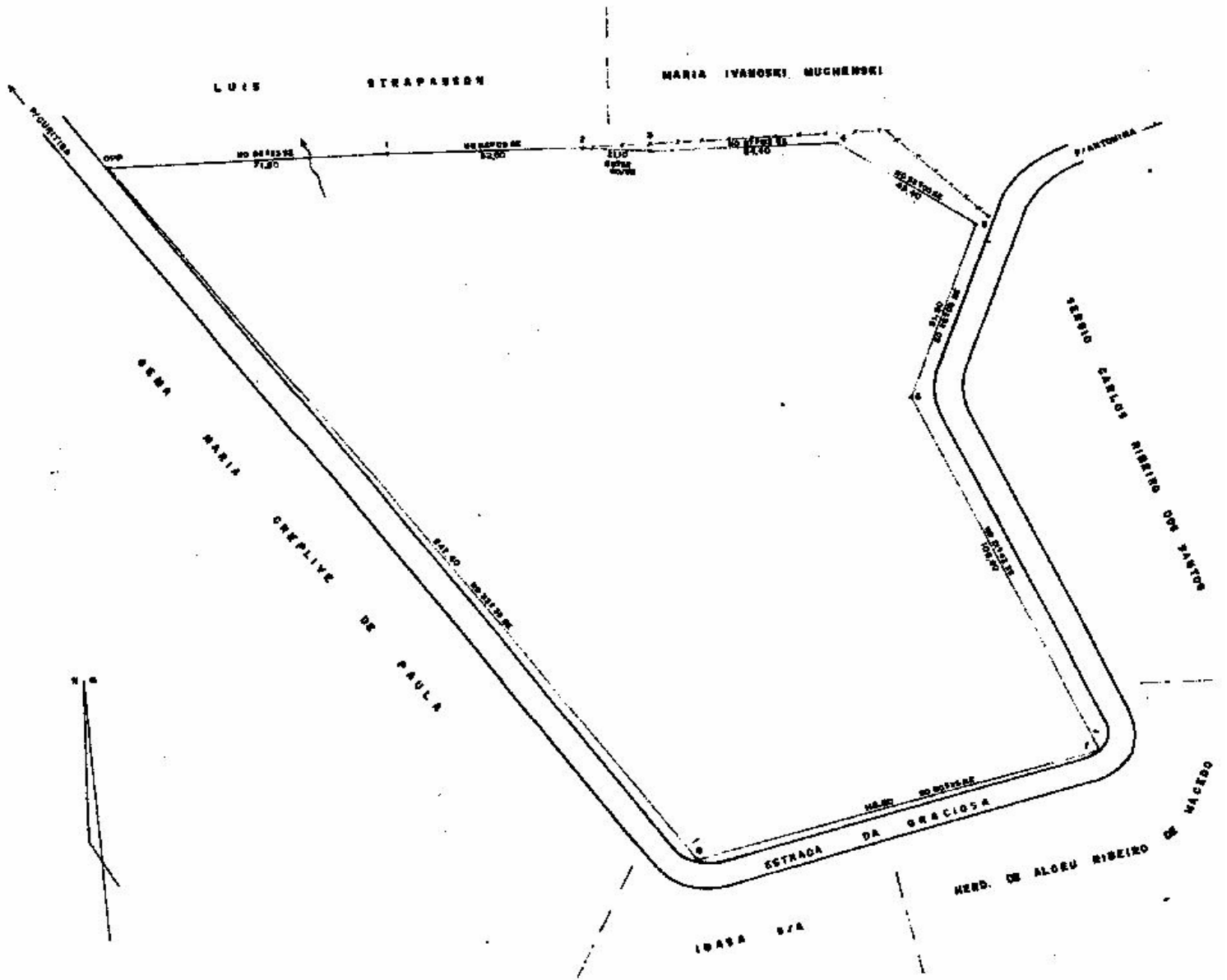
\_\_\_\_\_

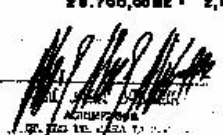
Nome:

CPF:

CI:

Anexo V



TITULO	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO	LOCAL	FLORESTAL QUATRO BARRAS PARANÁ
PROPRIETÁRIO			
ÁREA TOTAL	28.700,00M <sup>2</sup> = 2,87 Ha		
RESP TÉCNICO			
ESCALA	1:1.000	DATA	ABRIL/84
		DES.	ABEL

## Anexo VI-a

MEMORIAL DESCRITIVO DE LEVANTAMENTO DE TERRASPROPRIETÁRIO: "ELVIRA CARON MARIA SOBRINHO"LOCAL: FLORESTALMUNICIPIO: QUATRO BARRASCOMARCA: CURITIBAESTADO: PARANÁÁREA: 28.700,00M<sup>2</sup> ou 1 alqueire + 4.500,00M<sup>2</sup>

Tendo como ponto de partida, num marco de madeira situado à margem esquerda da Estrada da Graciosa ao rumo LESTE medindo 51,50m. até o ponto nº1, seguindo ao rumo de 60°00'NO medindo por uma linha quebrada e confrontando com terras de STROBEL GARMATE, LAURINDO LIMA E MADALENA, até atingir o ponto nº ( 3 ) daí ao rumo de 45°00'SE medindo 247,40m., até atingir o ponto nº ( 4 ) confrontando com terras de ALBINO KAMINSKI E ESTRADA DA ./- GRACIOSA, Seguindo ao rumo de 20°00'NE medindo ./- 116,60m. até atingir o ponto ( 5 ), confrontando com a ESTRADA DA GRACIOSA E TERRAS DA IGASSA S/A. E REINALDO AMANCINI, daí ao rumo de 30°00'NO medindo 108,60m. até atingir o ponto O=PP. onde deu-se por encerrada a medição confrontando com a mesma estrada e com terras do SR. ANGELO LORUSSO.

É O M E M O R I A L

Curitiba, 27 de Novembro de 1.980

Resp. Tec.

Gilcindo de ~~Carvalho~~ Corrêa Filho  
 CREA. 24-70-7º Região  
 C.F. 43306139/06

Proprietária *Elvira Caron Maria Sobrinho*

Anexo VI-b





**Anexo VII**

## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS -  
IBAMA

RECOMENDAÇÕES PARA VISTORIA DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL

## 1. Caracterização da Proposta

1.1. Nome da RPPN proposta: \_\_\_\_\_

1.2. Nº do processo: \_\_\_\_\_

1.3. Nome do imóvel: \_\_\_\_\_

1.4. Endereço do imóvel: \_\_\_\_\_

1.5. Município: \_\_\_\_\_ 1.6. Estado: \_\_\_\_\_

1.7. Telefone do imóvel: \_\_\_\_\_ 1.8. CEP: \_\_\_\_\_

## 2. Caracterização do Proprietário ou Representante Legal (Empresa) para contato

2.1. Nome do proprietário: \_\_\_\_\_

2.2. CPF: \_\_\_\_\_ 2.3. RG: \_\_\_\_\_

2.4. Endereço: \_\_\_\_\_

2.5. Cidade: \_\_\_\_\_ 2.6. Estado: \_\_\_\_\_ 2.7. CEP: \_\_\_\_\_

2.8. Telefone 1: \_\_\_\_\_ 2.9. Telefone 2: \_\_\_\_\_ 2.10. E-mail: \_\_\_\_\_

## 3. Descrição da RPPN Proposta

3.1. Área do imóvel (hectares): \_\_\_\_\_ 3.2. Área da reserva (hectares): \_\_\_\_\_

3.3. Confrontantes do imóvel : Norte: \_\_\_\_\_ Sul: \_\_\_\_\_

Leste \_\_\_\_\_ Oeste: \_\_\_\_\_

3.4. Os limites da RPPN estão corretamente georreferenciados? Sim  Não

OBS: \_\_\_\_\_

—

3.5. A área da RPPN incide sobre unidades de conservação? Sim  Não  Próximo

Qual? Distância aproximada? \_\_\_\_\_

3.6. Existe proposta em andamento ou estudos para criação de unidades de conservação públicas que coincide com a área da reserva em análise? Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

3.7. A RPPN incide em algum polígono prioritário do PROBIO? Sim  Não  Próximo  Qual?

\_\_\_\_\_

3.8. Existe algum empreendimento ou obra pública planejada ou em execução que tem interface com a RPPN proposta? Sim  Não  Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3.9. A RPPN está inserida nas Áreas de Proteção Permanente - APP e Reserva Legal da propriedade.

Sim  Não  Qual a porcentagem? \_\_\_\_\_

#### 4. Características Ambientais da RPPN

4.1. Bioma: \_\_\_\_\_

4.2. Vegetação predominante: \_\_\_\_\_

4.3. Quais os outros tipos vegetacionais presentes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.4. Existem aspectos de relevante beleza cênica: Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

4.5. Existem recursos hídricos no interior ou no limite da RPPN: Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

4.6. Existem aspectos culturais ou históricos relevantes: Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

4.7. Existem aspectos paleontológicos/arqueológicos relevantes: Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

4.8. Existem registros de fauna? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

4.9. Existem animais ameaçados, raros, endêmicos ou migratórios; presença de ninhais ou áreas de reprodução. Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

4.10. Existem estudos sobre a fauna da região? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

4.11. Existem registros/estudos sobre a flora? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

4.12. Existe flora ameaçada, rara, endêmica da região? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

4.13. A RPPN possui algum tipo de hábitat especial?

lago ou lagoa natural  cavernas, dolinas  afloramentos rochosos  riachos  áreas pantanosas  veredas ou buritizais  capões de mata  outros.

Quais? \_\_\_\_\_

4.14. Existem sinais de degradação ambiental na RPPN?

pisoteio por gado  corte seletivo de árvores  fogo  clareiras artificiais  estradas  plantas e animais invasores  caça/captura de animais  desmatamento  erosão  mineração  assoreamento de cursos d'água  outros.

Quais? \_\_\_\_\_

4.15. Já foi realizada alguma pesquisa na RPPN proposta? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

## 5. Características Sociais da RPPN/Imóvel

5.1. Quais as atividades desenvolvidas no imóvel (incluindo atividades econômicas ou sustentáveis)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5.2. Existem eventuais atividades poluidoras? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

5.3. Existem pressões antrópicas na RPPN? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

5.4. Existem moradores na área da RPPN Sim  Não

Quantos? \_\_\_\_\_

5.5. Existem moradores no imóvel? Sim  Não

Quantos? \_\_\_\_\_

5.6. Existe algum projeto sendo desenvolvido na RPPN? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

5.7. Existe algum projeto sendo desenvolvido no imóvel? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

5.8- Existe alguma participação/apoio de associações, ONG's, Governo? Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

5.9- Existe alguma infra-estrutura na RPPN? Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

5.10. Existe alguma infra-estrutura no imóvel? Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

#### 6. Conclusão da Vistoria

É favorável a criação da RPPN? Sim  Não

Justificativa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

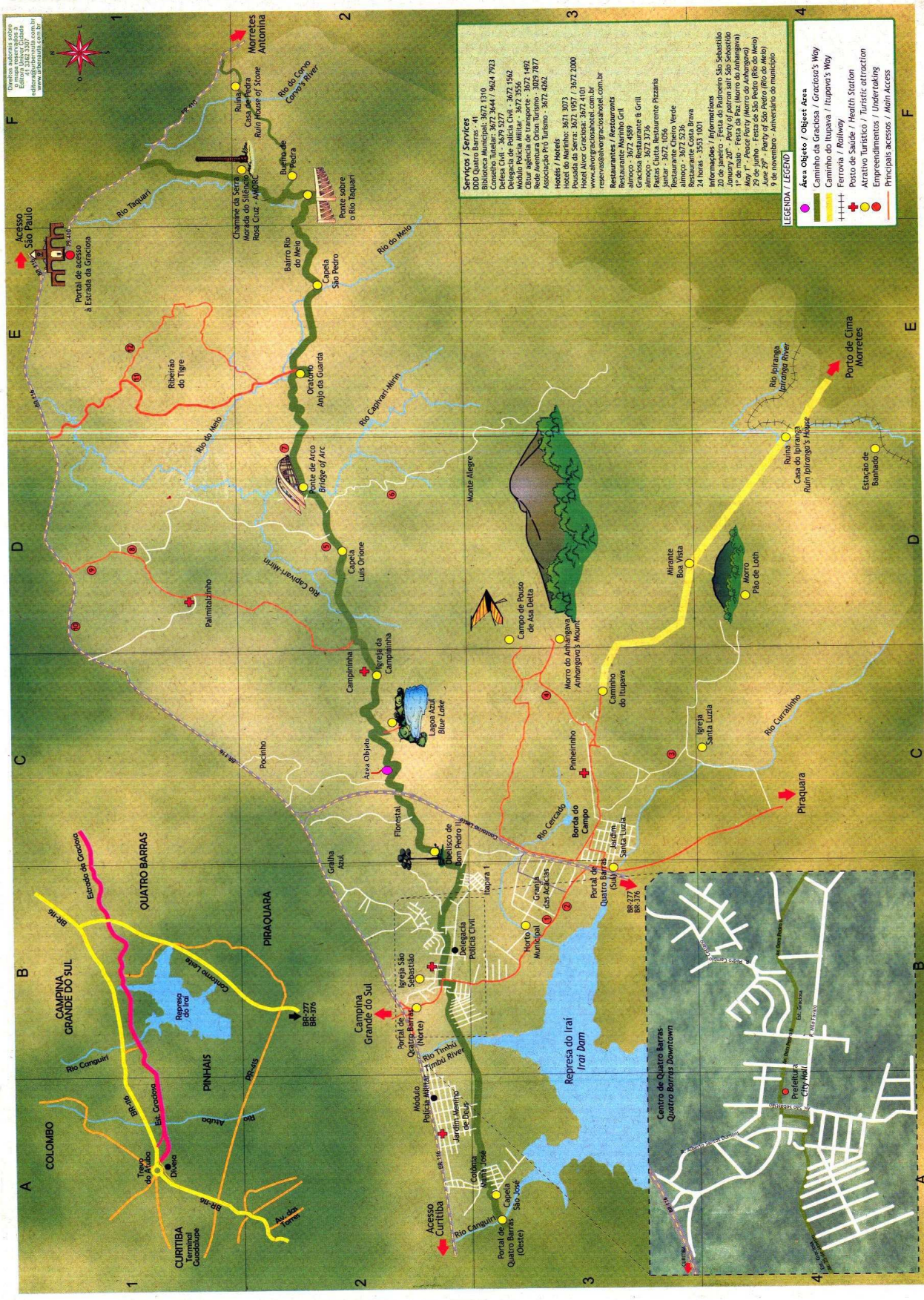
\_\_\_\_\_

Eu \_\_\_\_\_, técnico responsável pela vistoria, me responsabilizo pela veracidade das informações descritas.

<p>Assinatura e carimbo do técnico responsável pela vistoria</p> <p>_____</p>	<p>Local e data</p> <p>_____</p>
---	----------------------------------



# Anexo VIII



Todos os direitos reservados à Editora Univer Cálculo. Proibida qualquer reprodução total ou parcial. Jornalista responsável: Eduardo Emílio Fernandes.